



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022



**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

AMAZONAS ENERGIA S.A.

CNPJ:02.341.467/0001-20

Inscrição Estadual: 04.215.609-2

<https://website.amazonasenergia.com/>

Avenida Djalma Batista, nº 4.400 – Manaus – AM

CEP 69058-807

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021



SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
APRESENTAÇÃO	10
1. A AMAZONAS ENERGIA	10
1.1 Prêmios, Reconhecimentos e Destaques	12
2. GESTÃO ASG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)	13
2.1 Dimensão Governança Corporativa	13
2.2 Dimensão Social.....	21
2.3 Dimensão Ambiental.....	24
2.4 Balanço Social.....	27
3. DESEMPENHO OPERACIONAL	29
3.1 Investimentos na Concessão	29
3.2 Universalização da energia.....	32
3.3 Indicadores de Qualidade do Fornecimento.....	34
3.4 Manutenção da Rede de Distribuição	36
3.5 Sistema de Gestão da Qualidade	36
3.6 Balanço Energético.....	37
3.7 Distribuição de Energia Elétrica	37
3.8 Perdas na Distribuição.....	39
3.9 Atendimento ao Cliente	44
3.10 Ouvidoria e Quantidade de reclamações totais - QRT	47
3.11 Gestão da Inadimplência	49
4. AMBIENTE REGULATÓRIO	51
4.1 Concessão	51
4.2 Reajuste Tarifário Anual de 2022.....	52
4.3 Bandeira Tarifária	54
4.4 Sobrecontratação	54
4.5 Monitoramento da Companhia pelo órgão regulador quanto à sustentabilidade econômico-financeira	55
5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	56
5.1 Receita Operacional Líquida – ROL	57
5.2 Custos e despesas operacionais não controláveis	58
5.3 Custos e despesas operacionais controláveis	59
5.4 Caixa e Endividamento.....	61
5.5 EBITDA	61
5.6 Resultado Financeiro.....	62
5.7 Valor Adicionado	62
5.8 Empresa em Números.....	63



6. AGRADECIMENTOS	64
--------------------------------	-----------



MENSAGEM DO PRESIDENTE

A área de concessão de distribuição de energia elétrica no Estado do Amazonas está entre as mais desafiadoras do país dadas as suas características que impõem a necessidade de esforço conjunto entre os Poderes Concedente, Regulador e a Concessionária de Energia Elétrica.

O Amazonas é o único estado da Federação em que as Perdas Não Técnicas de Energia, superam em 100% o mercado de baixa tensão, demonstrando como são acentuados os desafios enfrentados na concessão. Um problema de complexa resolução que, diante do atual cenário no Estado exige esforço não somente da Distribuidora, mas de todas as demais instituições no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e da Sociedade Civil.

Ao final do Período de Designação que ocorreu com a transferência do controle acionário pela Eletrobras e a assinatura do novo contrato de concessão, firmado em 10 de abril de 2019, a Companhia não atingiu o efeito da neutralidade para toda a amplitude de suas operações como Distribuidora, conforme estabelecido no Edital de Leilão de privatização Nº 2/2018–PPI/PND.

Alguns critérios e a própria discricionariedade aplicada quanto ao entendimento de diversas situações (penalidades, glosas pelo nível de perdas regulatórias, diferimentos etc.) frustraram a Companhia na cobertura de seus custos e despesas operacionais.

Esse tipo de situação culminou em prejuízo financeiro para a Distribuidora. O desequilíbrio aliado a outras situações tais como: elevado nível de perdas não técnicas – PNT e sobrecontratação estrutural e involuntária de energia contribuíram para agravar a situação econômico-financeira da Empresa que, em 11 de abril de 2019, após um longo processo de desestatização, iniciou sua atividade empresarial com um endividamento relevante.

Ao final de 2021, o órgão Regulador solicitou à Distribuidora um plano de viabilidade para equacionar a situação econômico-financeira da concessão. apresentado por meio do “Plano de Resultado Econômico-Financeiro da Concessão”, e implementado a partir de 2022 que, dentre as diversas variáveis, foi alicerçado fortemente em um programa de recuperação das perdas não técnicas e no equacionamento de uma dívida altamente significativa a título de empréstimos originados desde o processo de privatização, como consequência da falta de neutralidade durante o período de designação. Diante desta constatação, a Concessionária contratou serviços de auditoria independente para analisar e demonstrar a origem e a composição destes empréstimos e financiamentos assumidos pela nova concessão, que apontou a necessidade de ajustes em favor da Distribuidora, todos objetos de pleitos junto a Eletrobras, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Ministério de Minas e Energia - MME.

Somos uma das distribuidoras de energia elétrica do país que atendem aos limites globais de continuidade. No ano 2022, concluímos a migração para um novo sistema de gestão técnica de distribuição, passando a atender os requisitos regulatórios definidos pela ANEEL, satisfazendo a qualidade exigida através de diversos indicadores técnicos operacionais, dentre os quais, destacamos a Duração Equivalente de Continuidade-DEC e a Frequência Equivalente de Continuidade-FEC, indicadores estritamente relacionados com a qualidade técnica do fornecimento de energia elétrica, ou seja, estamos atendendo dentro do padrão de qualidade técnica estabelecido pela Agência Reguladora e bem colocada entre as demais Distribuidoras.

Mesmo com todas as dificuldades climáticas, humanas, geográficas e políticas, que influenciam em nossas atividades operacionais, a Amazonas Energia se superou em 2022,



notadamente na qualidade dos serviços prestados aos nossos 988 mil clientes e à população do Amazonas em 107 localidades. Sem dúvida progredimos, apresentando melhorias em todos os indicadores técnico operacionais que garantem a continuidade e a qualidade do fornecimento de energia elétrica na nossa área de concessão.

No Plano apresentando para a ANEEL, constam diretrizes que visam reduzir o nível elevado de perdas não técnicas de energia acima dos níveis regulatórios que, em conjunto com os níveis tarifários atuais, refletem diretamente no fluxo de caixa da empresa, na manutenção das condições econômicas da concessão e na realização de recebíveis reduzindo a inadimplência, onde a carteira de ativos junto a clientes é de elevada monta.

Da mesma forma constam no “plano” ações para o reescalonamento das dívidas, compatibilizando-as com a capacidade de geração de caixa operacional da Concessionária, medidas essas que certamente melhorariam a situação financeira da Empresa.

Infelizmente, esses procedimentos foram frustrados até o final de 2022, no que se refere às ações efetivas de combate às perdas não técnicas, tais como fraudes, desvios, dentre outras irregularidades, tendo em vista que além de todos os reflexos negativos que a pandemia causou desde 2020 até 2022, o Estado do Amazonas publicou diversas “leis Invasoras” aprovadas pelo legislativo estadual que impactaram diretamente nas atividades da Amazonas Energia, tendo o Estado inclusive elaborado leis que são competência exclusiva da União, no que tange aos procedimentos, prazos e relacionamento com o consumidor e a operação da concessionária de serviços públicos de distribuição de energia.

Assim, a Amazonas Energia ficou impedida, durante o ano transcorrido, de efetuar cortes no fornecimento de energia dos consumidores da classe residencial por falta de pagamento, de realizar a cobrança de juros, multas, de aplicar reajustes de tarifas e de forma mais abusiva ainda pela foi impactada promulgação da lei que proibiu a implementação do Sistema de Medição Centralizada-SMC ou Sistema Remoto Similar, investimento esse que eliminará de forma significativa o índice de perdas não técnicas, especialmente em Manaus, onde se concentra o grande volume da carga e de distribuição de energia e, portanto, o maior montante de perdas não técnicas que afetam negativamente o equilíbrio da concessão em seu aspecto financeiro.

Quanto à legislação que impedia a instalação do SMC, no início de 2023, o Supremo Tribunal Federal – STF, em julgamento da ADI 7225/AM, por unanimidade de votos, declarou inconstitucional todas as medidas legais impostas pela Lei 5.981/22 e que afetaram diretamente a Amazonas Energia, que, a partir de então, implementaremos medidas de combate às perdas não técnicas em 2023, dando continuidade aos investimentos que a empresa vem realizando desde o início de 2021, com reflexos imediatos na melhoria dos serviços prestados.

No tema endividamento, destacamos o alto grau de endividamento assumido pela empresa no processo de transferência de passivos quando da mudança do controle acionário de uma Estatal da Eletrobras para a Amazonas Energia S.A., então, empresa privada. Esse endividamento é objeto de questionamento na esfera judicial, e busca comprovar os ajustes necessários de modo a manter a premissa definida no Edital de privatização, de “Equity zero”, o que resultará em diminuição de aproximadamente R\$ 4,1 bilhões no volume de endividamento da Concessionária.

Em relação ao tema Investimentos, a Distribuidora vem investindo, desde 2019, na aquisição e melhorias de equipamentos e instalações, além da expansão, melhorias e modernização da rede de distribuição. Os investimentos realizados desde a mudança de gestão foram superiores ao valor da parcela da infraestrutura anualmente consumida (QRR) demonstrando atendimento à condição de sustentabilidade exigida pela ANEEL. De 2019 a



2022 foram investidos mais de R\$ 2.440 milhões, sendo R\$ 1.949 milhões em obras e R\$ 491 milhões via aporte de capital.

Em 2022 foram investidos mais de R\$ 707 milhões no Plano de Investimentos que se derivou das perspectivas de evolução do mercado de energia elétrica, da reposição da infraestrutura existente e considerou, também, os estudos desenvolvidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Cabe destacar alguns pontos relevantes sobre os valores dos investimentos:

- Os pontos focais são o combate às perdas não técnicas, item principal para a recuperação das condições econômicas da concessão. Está incluída nesses investimentos a implementação do Sistema de Medição Centralizada - SMC, que faz parte do plano de redução de perdas não técnicas, e modernização/revitalização de redes, tendo em vista a necessidade de modernização da estrutura existente;
- Realização dos investimentos estruturais necessários para escoamento da carga para atendimento ao mercado da área de concessão, em especial linhas e subestações de 138 kV;
- Melhorias no Sistema Elétrico de Manaus, que vinha até abril/2019, de um histórico de baixa realização de investimentos; e
- Programas Luz para Todos e Mais Luz para Amazônia.

Também foram realizados investimentos voltados para o atendimento ao sistema isolado, propondo um conjunto de obras que permitirão a interligação de algumas áreas isoladas do Amazonas ao Sistema Interligado Nacional – SIN. O atendimento ao sistema isolado contou com mais de R\$ 72 milhões de recursos provenientes da sub-rogação da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC.

A geração operacional de caixa, muito embora com evidentes melhorias, ainda produz montantes com resultados insuficientes para cobrir todas as necessidades operacionais da empresa. A Distribuidora, sob a prerrogativa da Lei nº 14.120/21, requereu o repasse dos valores não depreciados dos ativos de Distribuição classificados como “sobras físicas”, bem como daqueles contabilizados no “ativo imobilizado em curso – AIC”, ambos apurados na RTE ocorrida em 2020 e investiu em sua estrutura de ativos operacionais visando aprimorar a prestação de serviço aos nossos clientes, bem como a melhoria na qualidade do fornecimento de energia, basicamente dirigidos para novas Subestações, reforço em Linhas e Redes, com melhorias em suas instalações, no volume próximo a R\$ 707 milhões, dos quais recursos advindos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, somaram R\$ 178 milhões.

No atendimento aos clientes, a concessionária tem buscado de forma intensa a constante melhoria, utilizando recursos tecnológicos para solucionar as necessidades dos consumidores, gerando facilidades tais como: atualização cadastral dos ativos do sistema elétrico da capital e do interior do Estado, instalações de novas lojas de atendimento, remodelagem da agência web virtual, ferramentas interativas de simulação de consumo de energia disponível no site da empresa, implementou diversas modalidades de serviços móveis para atendimento comercial, introduziu diversas opções para emissão de 2ª via fatura, facilitou os meios de pagamentos de débitos, implementou ações de aproximação ao seu cliente.

Em recursos humanos, a Amazonas Energia, ao final de 2022, mantinha em seu quadro próprio 970 pessoas como empregadas da organização, sendo essas pessoas essenciais para o atingimento das metas pretendidas visando manter os custos operacionais dentro dos padrões regulatórios.

A empresa tem se preocupado em adequar seu quadro de pessoal ao rápido processo de transferência de conhecimento, considerando que a partir de 2021, quando se concluíram as fases de implementação do SAP, ocorreram mudanças em diversos procedimentos, práticas



administrativas e gerenciais adotadas até então, o que levará a curto prazo novas adequações no quadro de empregados.

Apesar das dificuldades impostas pela situação financeira que a empresa tem enfrentado, iniciou-se a implantação de um Plano de Cargos e Salários, baseado em boas práticas do mercado, e visando o reconhecimento de desempenho, pretendemos implementá-lo até 2023.

PERSPECTIVAS

A Amazonas Energia melhorou sua condição técnico operacional com indicadores dentro dos parâmetros estabelecidos pelo órgão regulador quanto à qualidade do serviço prestado em sua área de concessão. Pretende, a partir de 2023, buscar o equilíbrio econômico-financeiro, viabilizado após a decisão exarada pelo STF que declarou a inconstitucionalidade da dita “lei Invasora”, por invasão de competência da União, que eliminou os efeitos nocivos gerados por diversas imposições legais aprovadas pelo Governo do Estado do Amazonas.

O incremento do projeto SMC - Sistema de Medição Centralizada, produzirá substancial redução no nível das “perdas não técnicas” e, como consequência elevaremos as condições econômicas e financeiras da Concessionária a maiores patamares.

Imprescindível será a redução do alto grau de endividamento constante no passivo de financiamento que vem afetando a Concessionária desde a data da mudança de controle acionário, o que esperamos ser solucionado com as demandas em curso na esfera judicial, envolvendo o BNDES, Eletrobras e o Poder Concedente que visa reestabelecer a condição editalícia, ou seja; a condição “*equity* = zero”, reduzindo em aproximadamente 50%, o passivo a título de empréstimos e financiamentos.

Assim, a Amazonas Energia S.A. tem interagido com os principais agentes do Setor Elétrico como a ANEEL, MME e a própria Eletrobras para demonstrar as condições desfavoráveis impostas à concessão do Amazonas, e dessa forma nos permitir atuar com a liberdade necessária no combate ao alto índice de perdas não técnicas que se arrasta há diversos anos em nosso estado visto a situação econômico social da população do Amazonas, resultante de um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), além do baixo índice de Segurança Pública, e que refletem diretamente na definição das Tarifas.

O incentivo em reduzir a Perda Não Técnica é intrínseco à Distribuidora, ou seja, ela deve atuar sempre no sentido de reduzi-las, trazendo benefícios aos consumidores, tais como redução dos valores regulatórios, aumento do rateio dos demais custos (que refletem na redução da Tarifa), diminuição do desperdício (uso racional e consciente da energia) melhorando a qualidade do fornecimento de energia.

Os resultados positivos registrados nos indicadores técnicos e comerciais traduzem nosso compromisso na prestação do serviço público de energia elétrica em toda nossa área de concessão.



AGRADECIMENTOS

Fica nosso agradecimento à Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Auditores Externos e a cada um de nossos Gestores, Gestoras, Colaboradores e Colaboradoras que nos acompanham com muita energia, empenho e dedicação nessa caminhada em atingir nossos objetivos

Márcio Pereira Zimmermann

Diretor-Presidente





APRESENTAÇÃO

A Administração da AMAZONAS ENERGIA S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório Anual da Administração, suas Demonstrações Contábeis, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. As informações não financeiras da Companhia não foram examinadas pelos auditores independentes.

Este relatório é destinado aos acionistas da Amazonas Energia, clientes da área de concessão e nossos stakeholders, mas está à disposição para acesso público no website da Companhia.

1. A AMAZONAS ENERGIA

A Amazonas Energia SA é sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público, detentora da concessão de exploração de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em 11 de abril de 2019, após um longo processo de desestatização, a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 001/2019, iniciando um novo marco na atividade de distribuição de energia elétrica no Estado. Este contrato tem o período de duração de 30 anos, a partir da data de assinatura.

A Companhia atua tanto no Sistema Interligado Nacional – SIN (capital e algumas cidades da região metropolitana), quanto no Sistema Isolado - SISOL (interior).

Seu acionista controlador é a Companhia Oliveira Energia S.A., as demais ações estão distribuídas entre os empregados, ex-empregados e aposentados da Amazonas Energia. Abaixo composição acionária:

Estrutura Acionária (% em quantidade de ações)	
Acionista	% de Participação
Oliveira Energia SA	91,13%
Empregados, ex-empregados e aposentados da Eletrobras	8,87%

Nossa área de concessão contempla um extenso território do estado do Amazonas, com uma área de 1.559.167.878 km², constituindo-se na nona maior subdivisão mundial que é maior às áreas somadas de países como França, Espanha e Suécia juntas.


A área de atuação da Companhia é reconhecida por uma região de baixa densidade demográfica contemplando 62 municípios e 107 localidades com características geográficas peculiares e mais de 4 milhões de habitantes, sendo que 50% da população se encontra na capital Manaus.

A seguir apresentamos as principais características da nossa área de concessão:



ÁREA DE ATUAÇÃO DA AMAZONAS ENERGIA



 **PIB (2018)**
AM: R\$ 100 Bi

 **POPULAÇÃO ESTIMADA**
AM: 4.269.995 pessoas

 **DENSIDADE DEMOGRÁFICA [2010]**
AM: 2,23 hab/km²

 **RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA [2021]**
AM: R\$ 800


 **ÁREA FLORESTAL PRESERVADA**
AM: 98%

 **EXTENSÃO TERRITORIAL**
AM: 1.559.167.878 km²

 **NÚMERO DE MUNICÍPIOS**
AM: 62

 **ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) - 2010**
AM: 0,674

 **HIDROGRAFIA**
AM: Rio Amazonas e seus afluentes

 **CLIMA**
Equatorial quente e úmido

988.885 Mil de Clientes

28 Subestações

12 Usinas em Operação

405 Km de Linhas de Transmissão

46.992,84 Km Redes de Distribuição MT e BT

Fonte: Amazonas Energia/IBGE

Outra característica importante é a logística que contempla o território, 95% da área é coberta pela floresta amazônica, onde possuem unidades de conservação indígenas, com predominância do transporte fluvial e aéreo para as regiões mais isoladas da região, com boa parte das localidades possuindo dificuldades de acesso via terrestre.



O Amazonas é o estado que apresenta menor densidade de estradas do Brasil, sendo apenas 10 metros de estrada por quilômetro quadrado de área. Tal fato é parcialmente justificado pela área de ocupação da floresta amazônica, o que reduz o espaço de urbanização.

É nesse cenário que estão distribuídos os 46.992,84 km de redes de distribuição (BT e MT) para atendimento aos nossos 988.885 clientes cadastrados no sistema comercial da Companhia. A força de trabalho para realizar a gestão destes ativos, em 2022, contou com aproximadamente 4.940 pessoas, distribuídas em toda a extensão territorial do Estado.

1.1 Prêmios, Reconhecimentos e Destaques

- **Reconhecimento: Intelijur**

Reconhecimento pela participação no “Fórum do VI Prêmio de Melhoras Práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos” com o tema Recuperação de Depósitos Judiciais – Passivos de levantamento em processos arquivados, ano final do ano 2021 e início 2022.

- **Destaque: Empresa Amiga da Justiça**

Convênio com o TJAM (Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas) para incentivar soluções alternativas de conflitos culminando no Mutirão de Conciliação realizado pelo Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania Cível (CEJUSC).

- **Reconhecimento: Câmara Municipal de Envira**

Em 18/11/2022 recebemos o reconhecimento aos relevantes serviços prestados, com zelo, dedicação e eficiência a Comunidade Envirense.

- **Reconhecimento: Ministério da Defesa – Exército Brasileiro – CMDO FRON SOLIMÕES / 8ºBIS**

Foi conferido o Diploma de Amigo do C F SOL/8º BIS devido ao inestimável e incomparável apoio àquela Unidade.

- **Certificado: Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania – SEMASC**

A Amazonas Energia foi certificada pela Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC), por ter participado das ações comunitárias do “Programa Manaus Mais Cidadã”, realizadas no ano de 2022 pela Secretaria.



2. GESTÃO ASG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

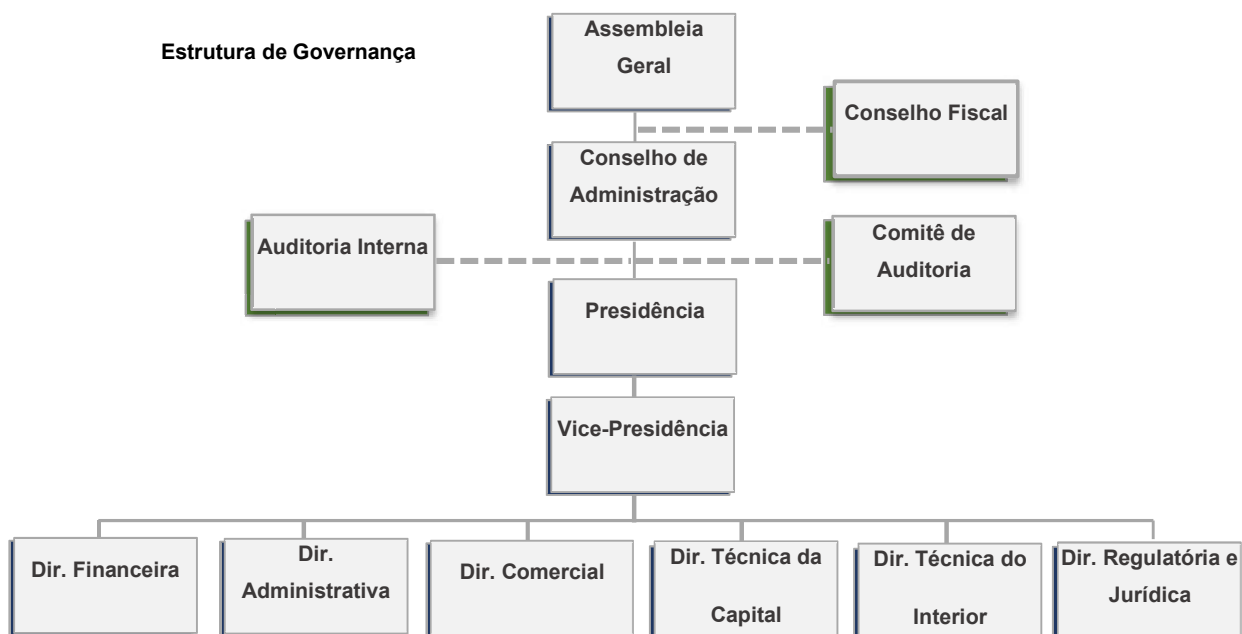
A atividade empresarial em todo o mundo perpassa, entre outros fatores, por uma gestão voltada para a responsabilidade social e de sustentabilidade empresarial, ou seja, as entidades, públicas ou privadas, têm compromissos com a sociedade que vão além do cumprimento de suas obrigações legais.

Para difundir e materializar esse compromisso, a Amazonas Energia vem desenvolvendo programas e ações que visam e beneficiam a comunidade, o meio ambiente e colaboradores, além de priorizar a qualidade dos serviços prestados e a transparência na gestão.

2.1 Dimensão Governança Corporativa

O modelo de Governança da Amazonas Energia S.A., baseia-se nos princípios da gestão de transparência e responsabilidade corporativa e social, alinhada aos valores da nova cultura organizacional, amplamente divulgados e alinhadas às melhores práticas de Governança, buscando a sustentabilidade por meio do equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, operacionais, ambientais e sociais de seus empreendimentos, com o intuito da excelência operacional e aprimorar o relacionamento com acionistas, clientes, colaboradores e sociedade.

A estrutura de Governança Corporativa da Amazonas Energia S.A. é composta pela Assembleia Geral (AG), Conselho Fiscal (CF), Conselho de Administração (CA), Auditoria Interna (CAD), Comitê de Auditoria (CAU) e Diretoria Executiva (DE).



Fonte: Amazonas Energia



2.1.1 Assembleia Geral

Órgão máximo da Companhia, de caráter exclusivamente deliberativo, que reúne todos os acionistas, convocados pelo Conselho de Administração, para deliberação das matérias de interesse da sociedade.

2.1.2 Conselho de Administração

Órgão Colegiado superior da Companhia de funções deliberativas responsável pela orientação geral dos negócios, em conformidade com as competências estabelecidas no Estatuto Social.

É formado por 05 membros, com mandato de até 03 (três) anos, dos quais dois são independentes, um é o Diretor-Presidente da Companhia, eleitos pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos, com atribuições previstas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social e nos regimentos internos da Companhia.

A seguir a formação do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2022:

Conselho de Administração			
Conselheiros	Cargo	Eleição	Término do Mandato
Orsine R. de Oliveira	Presidente do Colegiado	10.08.2022	10.08.2025
Márcio Pereira Zimmermann	Conselheiro	28.11.2022	28.11.2023
Maria do Socorro Gama da Silva	Conselheira	28.11.2022	28.11.2023
Silas Rondeau Cavalcante Silva - independente	Conselheiro	28.11.2022	28.11.2023
Gustavo de Marchi e Silva - independente	Conselheiro	28.11.2022	28.11.2023

Fonte: Amazonas Energia

2.1.3 Diretoria Executiva

Órgão executivo responsável pelas funções de administração e representação da Companhia, de acordo com atribuições e deveres estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social e nos regimentos internos da Companhia, com mandato de até 03 (três) anos, eleitos pelo Conselho de Administração, podendo ser reeleitos. A Diretoria reuniu-se 57 (cinquenta e sete) vezes durante o exercício de 2022, com emissões de 188 resoluções, objetivando assegurar o funcionamento regular da Companhia.

A Diretoria encerrou o exercício social de 2022, composto pelos seguintes diretores:

Diretoria Executiva			
Diretores	Cargo	Eleição	Término do Mandato
Márcio Pereira Zimmermann	Diretor-Presidente e Diretor Financeiro	26.07.2021	03.12.2023
Orsine Rufino de Oliveira	Diretor Vice-Presidente	26.07.2021	03.12.2023
Francisco Romário Wojcicki	Diretor Comercial	01.12.2022	03.12.2023
Maria do Socorro Gama da Silva	Diretora Regulatória e Jurídica e Diretora Administrativa	03.12.2020	03.12.2023
Rodrigo Moreira	Diretor Técnico da Capital	03.12.2020	03.12.2023
Radyr Gomes de Oliveira	Diretor Técnico do Interior	03.12.2020	03.12.2023

Fonte: Amazonas Energia



2.1.4 Conselho Fiscal

Órgão colegiado com competência de fiscalizar os negócios da Empresa, verificar os atos dos administradores e o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, de caráter permanente, sendo composto por 05 (cinco) membros titulares eleitos pela Assembleia Geral, cujo mandato é de até 03 (três) anos, podendo ser reeleitos, todos brasileiros e domiciliados no país observados os requisitos e impedimentos fixados pela Lei das Sociedades por Ações, com atribuições previstas na Lei, no Estatuto Social e nos regimentos internos da Companhia.

Conselho Fiscal			
Conselheiros	Cargo	Eleição	Término do Mandato
Airton Ângelo Claudino	Presidente do Colegiado	28.11.2022	28.11.2023
Hamilton Almeida Silva	Conselheiro	28.11.2022	28.11.2023
Cézar Antônio Bordin	Conselheiro	28.11.2022	28.11.2023
Marise Grinstein	Conselheira	28.11.2022	28.11.2023
Pedro Neves Marx	Conselheiro	28.11.2022	28.11.2023

Fonte: Amazonas Energia

2.1.5 Auditoria Interna

Órgão interno que cumpre as diretrizes e os atos normativos interno e externos, por meio dos procedimentos, registros, documentos e dados etc., além da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia, eficiência e economicidade dos processos de gerenciamento de riscos, de controle e das melhores práticas de Governança Corporativa, e está pautado no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT.

2.1.6 Diretrizes Estratégicas e Criação de Valor

2.1.6.1 Missão, Visão e Valores

As ações e decisões da Amazonas Energia são orientadas pelas diretrizes estabelecidas no mapa estratégico, neste por sua vez, constam Missão, Visão e Valores, além dos 13 (treze) objetivos estratégicos que são seguidos pela Companhia, estes estão distribuídos em 04 Perspectivas: Financeira, Clientes & Regulação, Processos Internos e Pessoas & Tecnologia, conforme BSC (*Balanced Scorecard*).

A seguir apresentamos o mapa estratégico onde estão definidos os objetivos estratégicos direcionadores de resultados que a empresa pretende atingir e norteia os principais indicadores financeiros e de sustentabilidade:



MAPA ESTRATÉGICO

MISSÃO



Distribuir energia de forma sustentável e eficiente, proporcionando bem-estar, dignidade e satisfação aos nossos clientes e colaboradores e apoiando o desenvolvimento econômico e socioambiental em toda a sua área de atuação.

VISÃO



Ser reconhecida pela qualidade dos serviços prestados e pelo compromisso com a entrega de resultados que criem valor aos acionistas, colaboradores e sociedade, tornando-se referência no setor elétrico até 2023

Financeira	1. Aumentar a remuneração regulatória por meio de investimentos prudentes contribuindo para uma tarifa justa aos nossos clientes.	2. Maximizar receitas e otimizar custos na busca do equilíbrio econômico-financeiro da Amazonas Energia.	3. Garantir a neutralidade dos custos de energia e equilíbrio no endividamento.
Clientes e Regulação	1. Ser percebida pelo cliente como uma referência de excelência em qualidade dos serviços.	2. Ser percebida pelo agente regulador como uma referência de excelência em gestão.	3. Ser percebida como uma empresa com responsabilidade socioambiental.
Processos Internos	1. Otimizar processos para atingir produtividade e qualidade de empresas de referência.	2. Assegurar processo eficaz de planejamento e gestão de metas e desempenho	3. Intensificar ações de comunicação interna e externa.
Pessoas & Tecnologia	1. Garantir conhecimento regulatório em todas as áreas da empresa	2. Incorporar novas tecnologias e inovações para otimizar os recursos e exponenciar os resultados	3. Instituir sistema de gestão de talentos, meritocracia e desenvolvimento de capital intelectual.

VALORES	<input type="checkbox"/> Valorização das Pessoas	<input type="checkbox"/> Foco no Cliente	<input type="checkbox"/> Visão Regulatória
	<input type="checkbox"/> Integridade	<input type="checkbox"/> Segurança	<input type="checkbox"/> Inovação
			<input type="checkbox"/> Sustentabilidade

Fonte: Amazonas Energia

Durante todo o ano, nossos esforços foram transformados em ações, projetos e programas de nossa estratégia por meio da adoção do PAM – Plano Anual de Metas, onde desdobramos a estratégia em metas, indicadores de desempenho e planos de ações.

2.1.6.2 Planejamento Estratégico

No aspecto de planejamento estratégico nos baseamos nas perspectivas do *Balanced Scorecard* - BSC de nosso mapa estratégico, onde especial atenção temos para as perspectivas Financeira e Clientes & Regulação, uma vez que a área de atuação de nossa concessão é peculiar no que tange a logística, transporte, perdas não técnicas e inadimplência. Nos últimos anos são perceptíveis as mudanças ocorridas em decorrência da privatização da empresa, onde no período de transição muitas ações estratégicas tiveram que ser tomadas para a criação da nova identidade da empresa e fomentação da cultura organizacional voltada para nossos valores.

Além do mapa estratégico, seguimos outros direcionamentos estratégicos, sendo eles: os indicadores de sustentabilidade do Contrato de Concessão, o Plano de Resultados da Companhia para o período de 2022 a 2030 (apresentado a ANEEL em 22/12/2021).

2.1.6.3 Gestão de Riscos e Controles Internos

O processo de gerenciamento de riscos da Amazonas Energia é direcionado pelas ações do *Compliance*, visando fortalecer os controles internos e a Governança Corporativa.

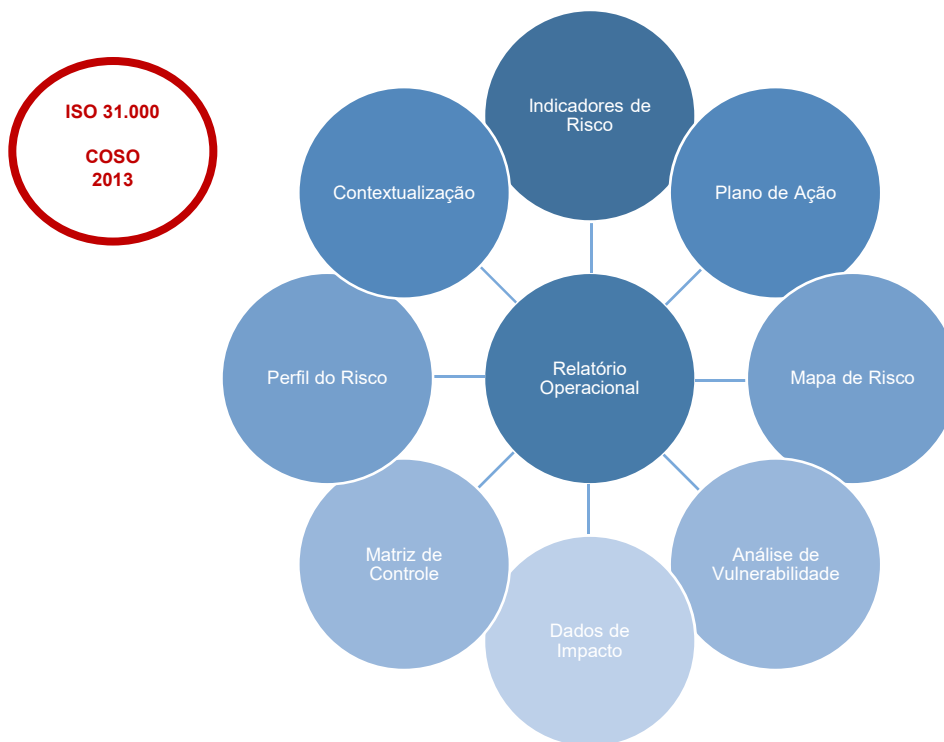


Nosso compromisso é atuar de forma ética, fortalecendo desde a cultura de gestão de riscos à tomada de decisões estratégicas, em conformidade aos requisitos legais e regulatórios e atendendo as melhores práticas de mercado.

Em 2022 revisamos a Política de Gestão de Riscos, a qual estabelece as diretrizes que norteiam as ações de riscos priorizando 16 riscos corporativos para a Companhia, com apoio e atuação da Diretoria Executiva que tem papel fundamental nesta gestão.

As etapas de Tratamento de Riscos são baseadas em 8 processos, na metodologia COSO 2013 (uma organização sem fins lucrativos, dedicada a melhoria dos relatórios financeiros, sobretudo pela aplicação da ética e efetividade na aplicação e cumprimento dos controles internos) e na ISO 31000 (norma de gestão de riscos).

O modelo de gestão integrada de riscos utilizada pela Amazonas Energia tem como objetivo identificar e consolidar as seguintes categorias: Estratégicos, Operacionais, Financeiros, Cibernéticos, Conformidade e Regulatórios aos quais a Companhia fica mais exposta. Todos os riscos identificados são analisados, tratados e monitorados pela área de *Compliance* em parceria com os Proprietários e Suplentes dos riscos priorizados.



2.1.6.4 Compliance

Em 2022 a Amazonas Energia deu seguimento às ações do “**Novo Programa de Compliance**” onde afirmou seu compromisso com a ética, transparência e honestidade. O novo programa possibilitou a melhoria da avaliação de riscos, controles internos, canais de denúncia, investigações internas dentre outras ações importantes para atuar em conformidade com os princípios éticos e de integridade. Outra ação que é de suma importância é a participação em todas as ações da “Nova Energia” onde o novo colaborador passa por treinamento dentre outros do *Compliance*, sendo dada ênfase ao código de Conduta e Ética do



colaborador da Amazonas Energia, efetivando assim uma cultura de integridade que vai muito além dos deveres e obrigações dos colaboradores.

2.1.6.5 Due Diligence

Em 2022 se fortaleceu às ações do “Novo Programa de Compliance” com o apoio da alta Administração afirmando seu compromisso com a ética, transparência e honestidade. O novo programa possibilitou a melhoria da avaliação de riscos, controles internos, canais de denúncia, investigações internas dentre outras ações importantes para atuar em conformidade com os princípios éticos e de integridade.

A Amazonas Energia contratou a empresa de Soluções Integradas Gestão de Riscos e Compliance, a qual realizou a “*Due Diligence*” para uma análise preventiva a possíveis riscos à reputação, corrupção e à integridade das relações que são estabelecidas com os parceiros, fornecedores e prestadores de serviços, avaliando o histórico de práticas corruptas e de fraudes, do perfil e da presença da instituição em listas de restrição. A análise de “*Due Diligence*” foi realizada nos seguintes riscos: Ambiental, Corrupção, Criminal, Ética e Integridade, Financeiro, Fiscal, Privacidade e Cibersegurança, Reputacional e Trabalhistas.

Em 2022, foram produzidos 400 Pareceres de Integridade aos fornecedores analisados, indicando as restrições existentes para cada análise.



2.1.6.6 Proteção Dados Pessoais – LGPD

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

A implantação da LGPD iniciou na Amazonas Energia em 2021, a consultoria contratada entregou análises e recomendações em 2022, conforme os itens abaixo:

- Mapeamento dos Fluxos de Dados Pessoais;
- Mapa de Riscos e Plano de Ação;
- Relatório de Impacto;
- Plano de Contingência;
- Recomendações em TI e SI;
- Política de Segurança da Informação;
- Laudo Técnico de Conformidade.



O monitoramento da implantação da LGPD é realizado por meio de planos de ações com objetivo de atender a legislação e alcançar a conformidade



demonstrando isso ao órgão fiscalizador (ANPD). Para atendimento a lei, elaboramos medidas técnicas, normas e políticas que contemplam os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, conforme abaixo:

- Códigos de Boas Práticas de Dados Pessoais;
- Política de respostas a Incidentes de Segurança da Informação;
- Política de Segurança da informação e Comunicações;
- Política de Privacidade;
- Formulário de Acesso ao Titular de Dados (disponível no site da Amazonas Energia).

2.1.7 Políticas da Companhia

2.1.7.1 Canal de Denúncias

O canal de denúncias, está previsto no Código de Conduta e Ética da Companhia. É instrumento relevante para acolher críticas, dúvidas, reclamações e denúncias, contribuindo para o combate a fraudes, corrupção e para efetividade e transparência, na comunicação e no relacionamento da Companhia com as partes interessadas.

A Amazonas Energia possui um Canal de Denúncias exclusivo, para comunicação segura e anônima, de condutas consideradas antiéticas ou que violem os princípios éticos e padrões de conduta e/ou a legislação vigente. As informações registradas são recebidas, assegurando sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação sem conflitos de interesses. O relato também pode ser feito pelo 0800 882 0601 de **Segunda a Sexta, das 9h às 17h** com a opção de ser atendido por um analista ou deixar o seu relato gravado em secretária eletrônica.



A Companhia possui um Comitê de Conduta e Ética que atua de forma ativa, promovendo a legitimização, zelando pelo cumprimento dos princípios éticos e adoção de boas práticas. As denúncias recebidas são apuradas pelo Comitê, e recomendadas à Alta Direção para ações disciplinares educativas e corretivas nos casos de infração aos princípios dispostos no mesmo. O Comitê de Conduta e Ética atua na implementação, disseminação, treinamento, revisão e atualização do Código de Conduta e Ética e do Canal de Denúncia.

No ano de 2022 foram recebidas **210** denúncias. As apurações são conduzidas pelo Comitê de Conduta e Ética - CCE, que promove, de forma tempestiva, as apurações e providências necessárias para a resolução dos casos.

2.1.7.2 Código de Conduta e ética

A Ética e transparência são valores cultivados pela Amazonas Energia na sua missão. É compromisso da Companhia ampliar a compreensão de todos sobre os princípios éticos e



compromissos de condutas estabelecidos no Código de Conduta e Ética da Amazonas Energia, inteiramente alinhado com a nova legislação brasileira envolvendo Ética e Integridade Corporativa.

A Amazonas Energia tem como pilar a construção de relações saudáveis, transparentes, sustentáveis e seguras, acreditando no seu papel de funcionar como uma verdadeira força motivadora para preservar a integridade no ambiente corporativo. Nossa gestão está pautada na transparência, fortalecendo a confiança, credibilidade aos negócios e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da companhia.

A conscientização dos princípios e valores é realizada aos nossos colaboradores, fornecedores, clientes e parceiros, inclusive no evento de recepção de novos colaboradores. Em 2022, realizamos treinamentos e palestras sobre a conduta ética, destacando a importância de cada colaborador conhecer e vivenciar o Código de Conduta e Ética.



2.1.7.3 Outras políticas e procedimentos

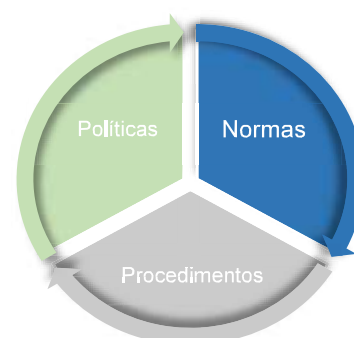
O “**Novo Programa de Compliance**” contribuiu para a melhoria da eficiência, segurança jurídica, aumento da produtividade e reputação de mercado, bem como firmou o propósito da companhia em desenvolver e manter a cultura ética que consiste em uma série de ações voltadas ao cumprimento de regulamentos internos e externos, impostos às atividades da companhia a fim de prevenir os riscos e atender às exigências normativas.

Ainda em 2022, foram realizadas diversas iniciativas, visando o cumprimento e atendimento às novas legislações e ao Programa de *Compliance*, dentre as quais destacamos:

- Código de Boas Práticas de Dados Pessoais (LGPD);
- Política de Gestão de Riscos;
- Política de Transações entre Partes Relacionadas;
- Política de Prevenção e Detecção de Atos de Natureza Ilícita;
- Política de Segregação de Função;
- Cartilha de Assédio Moral, Sexual e Discriminação.

Amazonas Energia possui ainda as seguintes Políticas/Normas em vigor:

- Código de Conduta e Ética;
- Regimento Interno do Comitê de Conduta e Ética;
- Norma de Riscos Corporativos;
- Política de Consequências e Medidas Disciplinares;
- Política de Hospitalidade, Brindes e Presentes;
- Política de Doações e Patrocínios;
- Política de Conflito de Interesses;
- Política Anticorrupção.





2.1.8 Seguros

A Companhia no ano de 2022, manteve a cobertura de Seguro de seu patrimônio por meio de apólice específica para cada modalidade de riscos, com cobertura de indenização na ocorrência de sinistros, objetivando minimizar impactos negativos no fluxo de caixa que pudessem comprometer a distribuição de energia para o estado do Amazonas.

Na tabela abaixo demonstramos os tipos de seguros e as principais cobertura da Amazonas Energia.

SEGUROS E PRINCIPAIS COBERTURAS				
Tipo de Seguro	Seguradora	Principais Coberturas	Contrato	Vigência
RO	Mapfre Seguros Gerais S.A.	Danos Materiais: Quebra de máquina/danos elétricos	Apólice: 3896000001696	13/10/2023
D&O	Barkley Internacional do Brasil Seguros	R.C Administradores e Diretores, Riscos Ambientais	Apólice: 1001000002156	10/09/2023
	Starr Internacional Brasil Seguradora S.A.	Responsabilidade Civil de Administradores (D&O)	Apólice: 4928202201031000396	10/09/2023
RN	Tokio Marine Seguradora	Incêndio, Raio e Explosão	Apólice: 01200121	26/10/2023

Fonte: Amazonas Energia

2.2 Dimensão Social

2.2.1 Responsabilidade Social

No âmbito da responsabilidade social a empresa mantém, desde 2021, o “**Projeto Energia Solidária**”, que tem como slogan: *“Mais que energia, distribuindo solidariedade para o Amazonas”* o principal objetivo do projeto é minimizar a insegurança alimentar de centenas de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social na nossa área de concessão.

Com essa iniciativa, também trabalhamos nosso voluntariado, uma vez que são os próprios colaboradores que montam as cestas básicas. O kit completo conta com: 01 cesta básica, 02 frangos e 02 kits com lanches para crianças.





Até o final de 2022 distribuímos aproximadamente 2.050 toneladas de alimentos, essas doações chegaram a mais de 480 comunidades da cidade de Manaus contemplando também alguns municípios do interior do estado do Amazonas, beneficiando cerca de 908 mil pessoas

levando mais qualidade de vida e esperança a comunidade na qual estamos inseridos.



Ação Solidária

Além do “**Projeto Energia Solidária**”, a Amazonas Energia atende mensalmente, com a doação de alimentos, o “**Refeitório Pão e Paraíso**”, um Projeto da igreja Católica Nossa Senhora das Graças, situada no bairro Colônia Oliveira Machado, no início do projeto contava com 02 (dois)

refeitórios, e hoje o projeto possui 09 (nove) refeitórios, que alimentam diariamente em torno de 500 crianças de diversas idades, essa ação mudou a realidade do bairro e contribui para afastar a insegurança alimentar.

2.2.2 Gestão de Pessoas

A gestão do capital humano é a base para o crescimento da organização. A empresa estimula um ambiente saudável de trabalho e oferta uma cesta de benefícios: vale refeição, reembolso de creche, medicamentos, armação de óculos e lentes, auxílio academia, auxílio babá, plano de saúde e seguro de vida para seus colaboradores se sentirem engajados e parte essencial de todo o processo de produtividade da empresa.

Oferecendo treinamentos para aperfeiçoamento de sua força de trabalho, tanto nas atividades mais operacionais quanto nas mais estratégicas que necessitem desenvolver competências críticas para a organização, a Amazonas Energia entende e se preocupa com sua sustentabilidade, assim como desenvolve a nova liderança visando o futuro dos negócios. Confiando nesse objetivo, em 2022, foi lançado o programa “**Líder em Mim**”, que buscou jovens talentos dentro da própria organização para realizar treinamento focado nas novas tendências de gestão.

Os programas de Aprendizagem “**Estágio e Aprendiz**” oferecidos pela Amazonas Energia visam identificar Jovens Talentos e inseri-los no mercado de trabalho, fornecendo subsídios para sua formação profissional. Atualmente a empresa já conta, em seu quadro de colaboradores, com profissionais oriundos desses programas de desenvolvimento.

A valorização das pessoas é um dos valores presentes na Companhia. Na gestão de gente o “**Programa de Qualidade de Vida**”, contempla ações como ginástica laboral, eventos voltados para saúde e bem-estar e palestras orientativas para saúde física e mental, visando à prevenção de doenças.

A Companhia implantou um programa de acompanhamento de colaboradoras gestantes, no intuito de apoiá-las nos cuidados necessários da gravidez.



Realizou sua “**Pesquisa de Clima**” para subsidiar os líderes com informações sobre as equipes, os sentimentos das pessoas sobre a carreira, o ambiente de trabalho e saúde. Outra ferramenta aplicada, foi a “**Avaliação de Desempenho**”, os resultados de performance norteiam a liderança nos processos e nos programas de gestão de pessoas na manutenção e alavancagem da alta performance organizacional.

A Amazonas Energia acredita na valorização das pessoas e promove um ambiente de meritocracia que reconhece os esforços individuais na promoção das mudanças e na capacidade de inovar. O projeto de reconhecimento “**Gente que Brilha**” utiliza um aplicativo, desenvolvido especialmente para estimular comportamentos e atitudes alinhados aos valores da organização.

2.2.3 Segurança do Trabalho

No ano de 2022 foram realizados 659 (seiscentos e cinquenta e nove) acompanhamentos de serviços/inspeções em equipes próprias e contratadas, a fim de informar aos gestores as situações encontradas. No caso de não conformidades, foram solicitadas tomadas de ações para prevenção da saúde e segurança dos colaboradores próprios e terceirizados.

No início de 2022 foi elaborado o “**Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR**” que trata do gerenciamento de riscos ocupacionais e visa a melhoria contínua das condições da exposição dos trabalhadores por meio de ações multidisciplinares. Essa nova ferramenta, é uma forma de análise e acompanhamento muito mais criteriosa e abrangente, já que inclui também a análise do cumprimento das demais normas regulamentadoras aplicáveis aos processos existentes na Companhia.

O PGR também impactou na melhoria do “**Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO**”, uma vez que foram mapeados grupos homogêneos de risco de forma mais sistemática. Desta forma, os exames médicos periódicos passaram a ser mais específicos em relação aos riscos de exposição dos colaboradores.

No ano de 2022, como forma de preservação da saúde, também foram aplicadas 560 (quinhentas e sessenta) doses de vacina influenza quadrivalente aos colaboradores da empresa.

A Companhia também atuou no projeto “**Embaixadores da Segurança**” que elaborou e enviou 33 (trinta e três) temas de Diálogos Semanais de Segurança – DDS para as unidades descentralizadas no interior do Estado do Amazonas. Foram criadas 11 (onze) campanhas de saúde e segurança voltadas exclusivamente para os colaboradores das áreas administrativas.

O ano foi marcado pelos trabalhos realizados pelas CIPA's em parceria com o SESMT, dentre as quais podemos destacar: inspeções de segurança, emissão de mapas de riscos, realização de diálogos de segurança e campanhas diversas, tais como: maio amarelo (segurança no trânsito), combate ao suicídio, outubro rosa (prevenção do câncer de mama), novembro azul (prevenção ao câncer de próstata), dezembro vermelho (combate à AIDS e DSTs), dentre outros. Essa parceria encerrou o ano com a realização da “Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho – SIPAT” que além de abordar a prevenção de acidentes de trabalho, também buscou abordar assuntos e atividades voltadas para a saúde e qualidade de vida dos colaboradores.



2.3 Dimensão Ambiental

2.3.1 Compromisso com o Meio Ambiente

A preocupação com o meio ambiente contempla um dos valores estabelecidos pela empresa. A sustentabilidade econômica, social e ambiental são seus pilares em tomadas de decisões. Desta forma possuímos Política Ambiental para subsidiar no atendimento a legislação e normas vigentes, primando pelo cumprimento regulatório e empresarial.

A Amazonas Energia, tem mantido o compromisso de distribuir energia elétrica à população do estado do Amazonas, respeitando as normas e regulações, corroborando a prática e atuação da Política Ambiental, agregando as questões ambientais, em todos os seus projetos, processos, empreendimentos e atividades relativas à expansão, implantação, operação e manutenção de ativos, realização de serviços e parcerias, mantendo a responsabilidade ambiental.

Em cumprimento aos compromissos estabelecidos em nossa Política Ambiental, implementamos ações que beneficiam as comunidades de suas áreas de influência direta e indireta, meio ambiente e o público interno.

Em cumprimento às legislações ambiental e regulatória, bem como a política empresarial, realizamos o devido licenciamento ambiental de nossos empreendimentos. No quadro abaixo, apresentamos um resumo das Licenças Ambientais e Autorizações obtidas durante o ano de 2022.

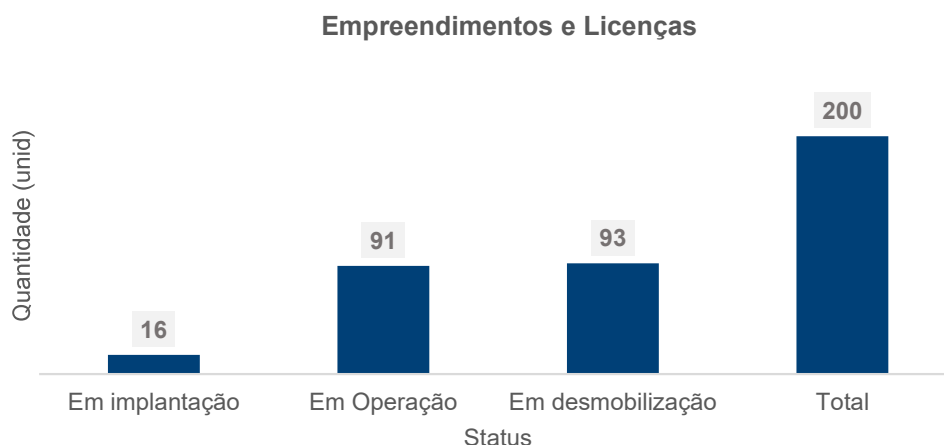
Discriminação	Quantidade
Licenças Prévias	0
Licenças de Instalação	9
Licenças de Operação (renovação)	22
Licença Ambiental Única – LAU Supressão	6
Licença Ambiental de Perfuração de Poço	2
Outorga de Água	0
Anuência do Instituto Arqueológico Nacional	10
Certidão de Informação Técnica de Uso do Solo	1
Alvará de Construção	7
Viabilidade de Ligação de Água	0
Autorização do Instituto de Mobilidade	0
Certidão de Viabilidade Ambiental	1
Autorizações	8
Autorizações Instituições/Entidades	5
DUP	2
CRC (Veículo)	1
Total	74

Fonte: Amazonas Energia

A empresa possui, atualmente, 200 (duzentos) empreendimentos, sendo 28 (vinte e oito) Subestações em operação comercial e 8 em fase de implantação, 52 (cinquenta e duas) Linhas de Distribuição em operação comercial, das quais 18 (dezoito) estão em fase de



regularização para obtenção de licenças de operação, 104 (cento e quatro) usinas, sendo que 93 em fase de desmobilização e 11 em operação comercial. No gráfico abaixo demonstramos o quantitativo total de empreendimentos da empresa.



Fonte: Amazonas Energia

Em cumprimento as exigências legais, a empresa vem mantendo a regularidade do licenciamento ambiental de seus empreendimentos em operação comercial, sempre prezando pela manutenção da biodiversidade e minimizando os impactos ambientais, cumprindo as condicionantes/restrições estabelecidas pelos órgãos fiscalizadores, mantendo 11 (onze) usinas, 28 (vinte e oito) subestações e 52 (cinquenta e duas) linhas de distribuição de energia elétrica no estado do Amazonas, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Empreendimentos em Operação Comercial 2022			
Status	Usinas	Subestações	Linhas
Ativas	11	0	0
Vigentes	3	24	28
Em Desmobilização	95	0	0
Em renovação	0	4	6
Em regularização	0	0	18

Fonte: Amazonas Energia

Como parte do planejamento dos empreendimentos de investimentos, que irão trazer melhorias para o sistema de distribuição de energia e fornecimento de energia elétrica para a cidade e interior do estado do Amazonas, a empresa está em fase de implantação de 16 (dezesseis) novos empreendimentos que estão em fase de obtenção de licenças prévia, instalação e alvarás de construção, conforme demonstrado na tabela abaixo:



Empreendimentos em fase de implantação 2022		
Status	Subestações	Linhas
Quantidade	8	8
Vigente	5	2
Vencidas	0	0
Em renovação	0	1
Em regularização	3	5

Fonte: Amazonas Energia

A Amazonas Energia, adota todas as medidas e ações para o cumprimento da legislação e normas vigentes, uma vez que todas as Licenças e autorizações, possuem condicionantes/restrições que a empresa vem realizando o cumprimento com a devida gestão e monitoramento ambiental de seus efluentes sólidos, líquidos e gasosos.

2.3.2 Ações Ambientais

2.3.2.1 Biodiversidade ambiental



Fonte: Amazonas Energia

Ao longo de 2022, foram realizadas as medidas de monitoramento e proteção a fauna impactada pela instalação de novos empreendimentos, tais como o inventário de fauna, plano de resgate de fauna e monitoramento dos animais no entorno dos empreendimentos em fase de implantação e propostas de compensações ambientais a espécies de fauna ameaçadas de extinção, como a onça-pintada (*Pantera onca*) e o sauím-de-coleira (*Saguinus bicolor*).

Sobre a imagem: Registro de pegadas – monitoramento de fauna - na área da Linha de Distribuição Silves-Itacoatiara.

Além dos estudos solicitados pelos Órgãos durante o licenciamento e compensações ambientais, a Amazonas Energia contribuí com Projetos de Pesquisa de Monitoramento de mamíferos de médio e grande porte, o qual gera conteúdo para Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC de alunos da Universidade Estadual do Amazonas – UEA.

2.3.2.2 Educação ambiental

Em 2022 após o cenário mais crítico da pandemia, retomamos às atividades presenciais com a realização da Semana do Meio Ambiente junto aos nossos colaboradores e sociedade em geral, que contou com apoio de ferramentas tecnológicas seguindo os protocolos de segurança recomendados pela Organização Mundial de Saúde – OMS.

Realizamos atividades internas e externas, com palestras, interação por e-mail, *quiz* com premiação de visita na área da nova subestação, a SE João Paulo. Ao término da



semana, realizamos entrega de mudas de plantas frutíferas aos colaboradores, palestras socioambientais em escolas parceiras, entrega de cestas básicas e kits infantis à comunidade do entorno das escolas e plantio de espécies nativas aos fundos da SE João Paulo.

Figura: Palestras na Escola Prof. Suely Cruz de Pinho Pompeu.

Na semana do meio ambiente, foram distribuídas 100 mudas de plantas e 100 cestas básicas para as famílias de alunos e moradores do bairro Lago Azul, além de proporcionarmos palestras socioambientais, realizada na escola CMEI Prof. Suely Cruz de Pinho Pompeu.

Ainda na semana do meio ambiente, foi realizada ação de plantio de mudas de Açaí (*Euterpe oleracea*) e Ingá visando a recuperação da Área de Preservação Permanente - APP da Subestação João Paulo.



2.4 Balanço Social

1 - Base de Cálculo	2022 Valor (Mil reais)			2021 Valor (Mil reais)		
Receita Líquida (RL)	5.284.497			6.104.917		
Resultado operacional (RO)	(425.155)			(319.780)		
Folha de pagamento bruta (FPB)	155.093			161.939		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	15.178	9,79%	0,29%	14.159	8,74%	0,23%
Encargos sociais compulsórios	33.066	21,32%	0,63%	37.318	23,04%	0,61%
Previdência privada	2.599	1,68%	0,05%	2.994	1,85%	0,05%
Saúde	23.227	14,98%	0,44%	21.541	13,30%	0,35%
Segurança e saúde no trabalho	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação	976	0,63%	0,02%	1.212	0,75%	0,02%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	129	0,08%	0,00%	369	0,23%	0,01%
Creches ou auxílio-creche	862	0,56%	0,02%	591	0,36%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	1.180	0,76%	0,02%	2.814	1,74%	0,05%
Total - Indicadores sociais internos	77.217	49,79%	1,46%	80.998	50,02%	1,33%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	7.652	-1,80%	0,14%	5.658	-1,77%	0,09%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	7.652	-1,80%	0,14%	5.658	-1,77%	0,09%
Tributos (excluídos encargos sociais)	410.589	-96,57%	7,77%	414.268	-129,55%	6,79%
Total - Indicadores sociais externos	418.241	-98,37%	7,91%	419.926	-131,32%	6,88%



4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	747.075	-175,72%	14,14%	1.841.297	-575,80%	30,16%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	747.075	-175,72%	14,14%	1.841.297	-575,80%	30,16%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> não possui metas <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2022			2021		
Nº de empregados(as) ao final do período	1.018			1.121		
Nº de admissões durante o período	212			217		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	330			327		
Nº de estagiários(as)	11			13		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	331			452		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	328			337		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	7,27%			5,53		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	30			37		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,49%			0,36		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	52			43		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2022 Valor (Mil reais)			2021 Valor (Mil reais)		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	94,93%			95,41%		
Número total de acidentes de trabalho	70			144		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e insalubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 505.895	no Procon 2.036	na Justiça 12.287	na empresa 504.790	no Procon 2.160	na Justiça 9.149
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 67%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 86%



Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2022:	R\$ 1.976.862,31		Em 2021:	R\$ 1.036.550,31	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	Colaboradores(as)	8,37%		Colaboradores(as)	16,27%	
	Acionistas	0,00%		Acionistas	0,00%	
	Terceiros	70,90%		Terceiros	76,21%	
	Governo	42,23%		Governo	38,37%	
	Retido	-21,51%		Retido	-30,85%	

7 - Outras Informações

PACTO GLOBAL

Ação social da Amazonas Energia que conta com a participação dos colaboradores, próprios e terceiros, no desenvolvimento do Projeto Energia Solidária, a ação consiste na doação de cestas básicas, kits de higiene e doações de brinquedos. No ano de 2022 foram realizadas doações de cestas básicas e kits de higiene a famílias carentes e a instituições que cuidam de crianças em vulnerabilidade social. Realizou-se também, na ação natalina, a doação de brinquedos, kits de higiene a alimentação infantil a crianças de instituições de caridade da cidade de Manaus.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1 Investimentos na Concessão

O sistema elétrico interligado sob a responsabilidade da Amazonas Energia possui aproximadamente 47.472,89 mil quilômetros de linhas de distribuição, com aproximadamente 83.756 transformadores de potência e capacidade instalada de 2.865,895 MVA para uma demanda histórica máxima registrada de 1.588,09 MW em 28/09/2022.

Em 2022, foram realizadas ampliações, melhorias e finalização de obras em duas subestações (SEs), instalados 20 alimentadores, adequação, extensão e recondutoramento de 280 km de rede de MT/BT, 987 consumidores regularizados, instalação de Equipamentos para qualidade de energia: 18 Religadores Monofásicos, 20 religadores Trifásicos e 19 Bancos de Capacitor, interligação de 156 Subestações particulares, 10.963 consumidores atendidos via Medição do SMC e na área de viabilidades e geração distribuída analisamos 280 projetos de subestações, 46 de redes e 4464 Geração Distribuída.

Temos ainda seis novas Subestações em construção, 10 linhas de distribuição, 35 novos alimentadores e previsão de extensão e recondutoramento de 460 km de rede de MT/BT, 77.900 consumidores a serem atendidos pelo SMC, instalação de Equipamentos para qualidade de energia: 30 Religadores Monofásicos, 50 religadores Trifásicos e 62 Bancos de Capacitor.

Em 2022 investimos mais de R\$ 707 milhões na área de concessão. Abaixo representamos em duas tabelas a divisão destes investimentos:

Descrição	2022	%	2021	%
	(R\$*1000)		(R\$*1000)	
Recursos Próprios	528.952	75	416.554	80
CCC	72.210	10	56.747	11
CDE	105.864	15	49.741	10
TOTAL	707.026	100	523.042	100

Fonte: Amazonas Energia



Descrição	2022	%	2021	%
	(R\$*1000)		(R\$*1000)	
Ativos Elétricos	481.703	68	351.032	67
Obrigações Especiais	178.074	25	106.488	20
Ativos Não-Elétricos	47.249	7	65.522	13
TOTAL	707.026	100	523.042	100

Fonte: Amazonas Energia

Entre os destaques em 2022, temos a construção de duas novas subestações:

- Subestação Mutirão 138KV: Instalação do 4º transformador de 138/13,8 kV e 5 alimentadores;
- Implantação da SE João Paulo – 138/69 kV - 1º e 2º 60 MVA – TR's 138/13,8 kV - 1º, 2º e 3º 40 MVA – saída de 15 alimentadores, que vai possibilitar o atendimento ao crescimento vegetativo da área de influência da subestação, retirar sobrecarga das subestações Jaraqui 69/13,8 kV e Santo Antônio 69/13,8 kV, atendendo às solicitações de aumento de demanda contratada de clientes atendidos em 69 kV.



Além das subestações novas, os recursos investidos foram direcionados para garantir a qualidade e o aumento da capacidade do sistema de distribuição, bem como a execução de ações voltadas para a melhoria dos indicadores DEC, FEC, TMAE e do índice de perdas não técnicas, onde se destacaram:

Expansão do Sistema de Distribuição – 2022

- Adequação de Rede de MT/BT: 29,47 km;
- Recondutoramento de Rede MT com novos alimentadores: 48,75 km;
- Extensão de Rede MT/BT com a regularização de consumidores na capital: 30,42 km;
- Extensão de Rede MT/BT com novos alimentadores: 71,66 km;
- Instalação de equipamentos para melhoria da continuidade e qualidade: 18 Religadores Monofásicos, 20 religadores Trifásicos e 19 Bancos de Capacitor;
- Adequação de Rede MT/BT para instalação do SMC (Sistema de Medição Centralizada): 97,83 km;
- Subestações particulares interligadas: 156 Subestações;
- Projetos Analisados: 280 subestações; 46 redes; 4.464 de Geração Distribuída.

Realizamos inúmeras obras de expansão e melhoria pelo interior do estado, com investimento de mais de R\$ 74 milhões. Tais obras contemplaram regularizações de clandestinos, construção de alimentadores e melhorias/adequações na rede de distribuição.



Foram construídos 14 alimentadores de Média Tensão (MT) em 13,8 kV oriundos das obras de interligação ao SIN - Sistema Interligado Nacional do município de Itacoatiara totalizando 71,2 km de rede protegida. No município de Parintins foram construídos 50 km de rede de MT 13,8 kV protegida bem como a construção de dois alimentadores para interligação do porto do município de Novo Remanso.

Em 2022 iniciamos diversas obras com previsão de conclusão até 2024. As obras fazem parte do esforço da Companhia para garantir a melhoria na confiabilidade e qualidade do fornecimento de energia e promoverão também o reforço necessário ao sistema existente.

Expansão do Sistema de Distribuição – 2023

- Implantação LT 138 kV- Lechuga / João Paulo – C1 e C2 – 2x954 MCM - 8,5 KM e linhas de 69 kV associadas;
- Implantação da SE Itacoatiara – TR's 1° e 2° 138/13,8 kV – 40 MVA – saída de 10 alimentadores;
- Implantação da LT 138 kV Silves MTE / Itacoatiara – CD 1x477 MCM – 110 km;
- Implantação SE Distrito Três – TR's 1°, 2° 138/13,8 kV – 40 MVA – 10 saídas de alimentadores;
- Implantação a LT 138 kV Jorge Teixeira / Distrito Três - C1 e C2 – 2x795 MCM – 4,1 km;
- Implantação da SE Parintins 138/13,8 kV – TR1s 1° e 2° 138/13,8 kV - 40 MVA – saídas de 10 alimentadores;
- Implantação da LT Parintins - Parintins Dois 138 kV Cabo 1x795 MCM – CD;
- Implantação da SE Rio Preto da Eva – TRs 1° e 2° 138/13,8 kV - 20 MVA – saídas de 10 alimentadores;
- Implantação da LT 138 kV Lechuga / Rio Preto da Eva – CS – C1 – 1x477 MCM – 55 km;
- Implantação da SE Silves Dois – TR 1° e 138/13,8 kV – 7,5 MVA – saídas de 4 alimentadores;
- Implantação da LT 138 kV Silves MTE / Silves Dois – CS – 1x477 MCM – 10 km;
- Implantação da SE Itapiranga – TR 1° e 2° 138/13,8 kV – 7,5 MVA – saídas de 6 alimentadores;
- Implantação da LD Silves Dois - AME/ Itapiranga - CS 1x447 MCM - 18 km - cabo OPGW;
- Implantação da LD Marapatá/Consumidores Especiais – CS 1x954 MCM – 2km – cabo OPGW;
- EL 69 kV na SE Ponta do Ismael - 2 X EL 69 kV
- Adequação de Rede de MT/BT: 54,82 km;
- Recondutoramento de Rede MT (Novos Alimentadores): 53,20 km;
- Extensão de Rede MT/BT - Regularização de consumidores – Capital: 32,87km;
- Extensão de Rede MT/BT - Novos Alimentadores: 51,77 km;
- Instalação de Equipamentos para Q.E: 30 Religadores Monofásicos, 50 Religadores Trifásicos, 96 Capacitores de 300kVA, 52 Capacitores de 600kVA e 10 Bancos de Regulador de Tensão;
- Adequação de Rede MT/BT para instalação do SMC: 267 km;
- Consumidores a Regularizar: 650 Consumidores;
- Subestações Particulares a Interligar: 150 Subestações;
- Consumidores a atender via Medição do SMC (Sistema de Medição Centralizada): 77.900 consumidores.



Expansão do Sistema de Distribuição – 2024

- Modernização da SE Distrito Dois 69/13,8 kV;
- Implantação da SE Turismo 69/13,8 kV;
- Implantação da LD 69kV Santo Antônio/Turismo;
- Implantação da LD 138kV Iranduba Dois/Manacapuru Dois;
- Implantação da SE Presidente Figueiredo 69/13,8 kV;
- Implantação da LD Pres. Fig./Pres. Fig. Dois 69 kV CD 1x636 MCM - 6 km
- Adequação de Rede de MT/BT: 54,82 km;
- Recondutoramento de Rede MT (Novos Alimentadores): 46,19 km;
- Extensão de Rede MT/BT - Regularização de consumidores – Capital: 32,87km;
- Extensão de Rede MT/BT - Novos Alimentadores: 51,77 km;
- Instalação de Equipamentos para Q.E: 10 Religadores Monofásicos, 30 Religadores Trifásicos, 17 Capacitores de 300kVA, 20 Capacitores de 600kVA e 3 Bancos de Regulador de Tensão;
- Adequação de Rede MT/BT para instalação do SMC: 353 km;
- Consumidores a Regularizar: 650 Consumidores;
- Subestações Particulares a Interligar: 150 Subestações;
- Consumidores a atender via Medição do SMC: 118.000 consumidores.

Além de investir nas obras de expansão do sistema e garantir o atendimento ao crescimento vegetativo do mercado, a Companhia, na trilha da mudança ocasionada pela transformação digital, tem atuado para as ações de tecnologia e inovação alinhadas ao mapa estratégico, onde destacamos: a otimização dos processos para atingir os limites dos custos operacionais regulatórios e a incorporação de tecnologias e inovações para otimizar os recursos e melhorar os resultados. Dentro deste alinhamento, durante o ano de 2022, realizamos investimentos para garantir a aderência com as estratégias da empresa, as necessidades de nossos clientes e fortalecer a cultura da inovação da Companhia.

3.2 Universalização da energia

3.2.1 Programa Luz para Todos

O Programa Nacional de Eletrificação Rural foi instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, e foi destinado a propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda sem acesso a esse serviço público.

Em 2022, o programa realizou 5.150 novas ligações, através da extensão de 1.589 km de rede de distribuição em média tensão, sendo 166 km de reforço do sistema de distribuição, beneficiando 206 comunidades em 32 municípios do Estado do Amazonas.



Na imagem, envio de postes para a comunidade de Aruxinim, no município de Borba.

3.2.2 Programa Mais Luz para Amazônia – MLA



Na imagem envio de placas solares para a Comunidade de 03 Unidos.

O Programa Mais Luz para Amazonia foi criado através do Decreto nº 10.221, de 05 de fevereiro de 2020, com objetivo de levar energia elétrica à população residente em Regiões Remotas dos estados da Amazônia Legal.

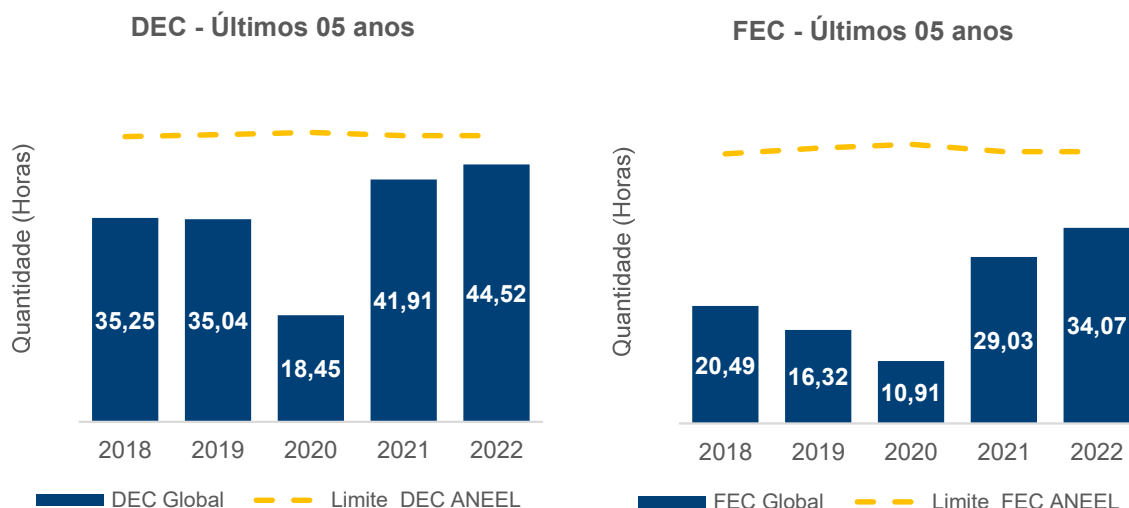
Em 2022, foram efetuadas 78 ligações de painéis fotovoltaicos com o sistema SIGFI, nas Comunidades Betel e Braga, no Lago do Piranha, situadas no município de Manacapuru. Em execução um total de 4.380 sistemas, a serem entregues no primeiro semestre de 2023, nos municípios que compõem a calha do Rio Purus (Beruri, Tapauá, Lábrea, Canutama, Boca do Acre e Pauini) e na área do Rio Negro, zona rural do município de Manaus.

É instalado em cada domicílio um sistema de placas solares com um conversor/controlador integrado, limitado a 80 kW de carga instalada. Os beneficiários são orientados quanto a utilização dos sistemas e a Amazonas Energia tem um programa de operação e manutenção assistido pelo governo federal, por meio de incentivos legais.



3.3 Indicadores de Qualidade do Fornecimento

3.3.1 Qualidade e Continuidade (DEC, FEC)



Fonte: Aneel

A qualidade dos serviços prestados é medida por indicadores que monitoram o desempenho das distribuidoras quanto à continuidade do serviço prestado. O DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora indica o número de horas em média que um consumidor fica sem energia elétrica durante um período. O FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora indica quantas vezes, em média, houve interrupção na unidade consumidora.

É a partir do DEC e do FEC que a ANEEL estabelece os parâmetros individuais de continuidade (Duração de interrupção individual por unidade consumidora - DIC, Frequência de interrupção individual por unidade consumidora - FIC e Duração máxima de interrupção contínua por unidade consumidora ou ponto de conexão - DMIC) que são informados mensalmente na conta de energia elétrica do consumidor.

A Amazonas Energia é uma das distribuidoras brasileiras que atende os limites globais de continuidade estabelecidos pela ANEEL resultado dos investimentos em obras de expansão e pelo incremento de manutenções periódicas e preventivas.

Em 2022 concluímos o processo de migração, iniciado em 2021, para um novo Sistema de Gestão Técnica da Distribuição, em substituição ao sistema anterior, para atender os requisitos regulatórios plenamente. Paralelamente foi realizado o recadastramento dos ativos elétricos, gerando melhor qualidade na coleta e apuração dos indicadores, trazendo aos resultados a real fotografia dos eventos ocorridos no sistema elétrico da concessionária.

Abaixo apresentamos o resultado dos indicadores DEC e FEC Global, desde 2018:



ANO	DEC Global	Limite DEC ANEEL	FEC Global	Limite FEC ANEEL
2018	35,25	49,31	20,49	46,93
2019	35,04	49,69	16,32	47,96
2020	18,45	50,07	10,91	48,64
2021	41,91	49,5	29,03	47,36
2022	44,52	49,5	34,07	47,36

Fonte: Aneel

A partir de 2022, as distribuidoras passaram a informar para a ANEEL os indicadores apurados nos seus limites internos (DEC_i e FEC_i), os quais são restritos aos eventos ocorridos nos ativos da distribuidora, excluindo os eventos externos ao sistema de distribuição da concessionária. Portanto, para fins de análise da performance, apresentamos o quadro a seguir com seus respectivos valores internos apurados:

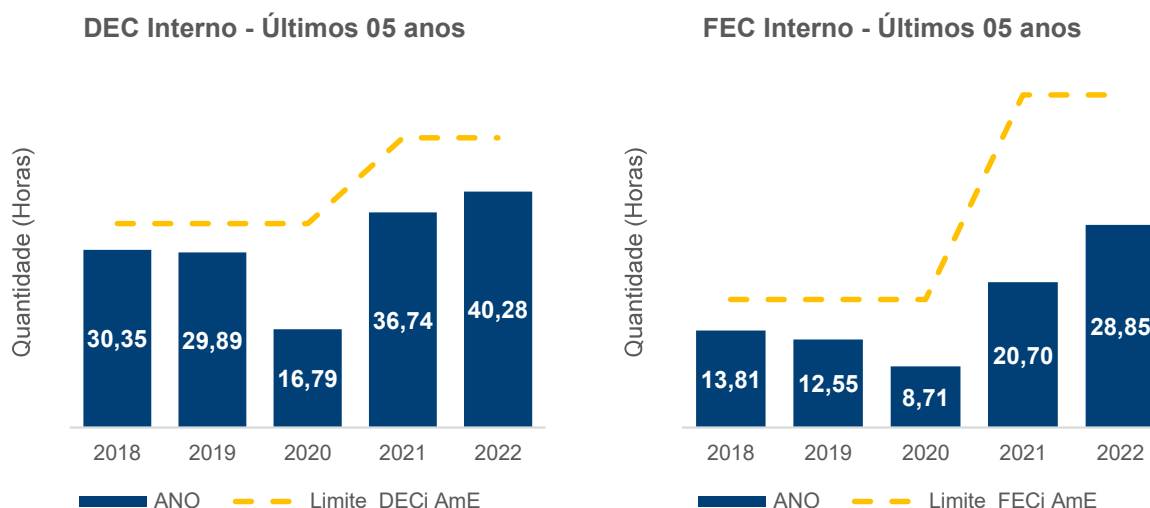
ANO	DEC _i	Limite DEC _i ANEEL	FEC _i	Limite FEC _i ANEEL
2021	36,8	49,5	20,87	47,36
2022	40,29	49,5	28,82	47,36

Nota 1: A ANEEL está consolidando as metas e resultados anuais de 2022

Nota 2: Para a Amazonas Energia, a ANEEL orientou a manter para 2022 o mesmo limite de 2021.

Fonte: Aneel

O indicador DEC_i, apesar do valor apurado estar dentro do limite ANEEL, observa-se um aumento de 3,49 horas, ou seja, 9,47 % maior em relação à 2021. Em relação ao indicador FEC_i, apesar do valor apurado estar dentro do limite ANEEL, observa-se um aumento de 7,95 interrupções, ou seja, 38,12 % maior em relação à 2021.



O aumento dos valores entre os anos de 2021 e 2022 é justificado pelas melhorias introduzidas aos processos e rotinas de coleta e apuração das ocorrências, incluindo melhoria de comunicação, treinamentos de equipes e reestruturação de processos, resultando no aumento da confiabilidade das informações geradas nas realizações dos serviços em campo,



principalmente no interior do estado, quando as equipes passaram a efetivamente utilizar o novo sistema técnico implantado a partir de agosto de 2021. Tal fato irá desenhar uma nova curva histórica, a partir de 2023.

Nos dados a seguir demonstramos a evolução dos indicadores nos últimos cinco anos:

ANO	DECI	Limite DECI AmE	FECi	Limite FECi AmE
2018	30,35	34,84	13,81	18,24
2019	29,89	34,84	12,55	18,24
2020	16,79	34,84	8,71	18,24
2021	36,74	49,5	20,7	47,36
2022	40,28	49,5	28,85	47,36

3.4 Manutenção da Rede de Distribuição

Nossas inspeções preventivas em alta tensão têm a finalidade de evitar falhas de equipamentos e, conseqüentemente, desligamentos não programados, através de inspeções técnicas periódicas nos equipamentos que abrangem as subestações de 69 e 138kV.

Em 2022, destacamos a ampliação do Sistema de Monitoramento de Transformadores – SMT, em mais 8 transformadores de 138kV, de três novas subestações (João Paulo, Itacoatiara e o quarto transformador de Mutirão), perfazendo um total de 26 transformadores, essa ação trouxe como principal benefício, a possibilidade de identificarmos potenciais riscos aos equipamentos, por variação de grandezas monitoradas.

Quanto às ações de manutenção em média e baixa tensão, pode-se destacar a realização de 92.333 podas de árvores, além da substituição de 112,59 km de rede, sendo 88,98 km em cabos de Baixa Tensão e 23,61 km em cabos de Média Tensão. Essas ações contribuem para a redução de desligamentos intempestivos, os quais impactam no indicador DEC e FEC da Distribuidora. Ainda na média tensão, instalamos 222 equipamentos de proteção com a finalidade de mitigar os índices de interrupções na rede de distribuição.

3.5 Sistema de Gestão da Qualidade

A Amazonas Energia é comprometida com o desenvolvimento, manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade e a busca da melhoria contínua, assegurando que os requisitos legais determinados pelo Órgão Regulador sejam atendidos, bem como a satisfação dos clientes em consonância com a Política da Qualidade e seus objetivos.

Em julho de 2022 foi concluído o processo de recertificação do Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ em conformidade com a norma NBR ISO 9001:2015, a auditoria foi realizada pelo Organismo Certificador TUV RHEINLAND DO BRASIL.

Atualmente a Companhia é certificada nos seguintes escopos: Coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, Tratamento de Reclamações dos Consumidores, Coleta dos Dados e Apuração dos Padrões de Atendimento Comercial e



Coleta e Geração dos Dados para Apuração dos Indicadores de Qualidade do Atendimento Telefônico, os escopos atendem a exigência do Órgão Regulador.

3.6 Balanço Energético

A energia requerida na concessão apresentou crescimento de 3,9%, com destaque a carga do mercado livre que cresceu 13,4%. Apesar da continua migração de consumidores para o mercado livre, o consumo faturado para o mercado cativo registrou um acréscimo de 2,7%. Na tabela a seguir demonstramos a variação da energia requerida, mercado atendido e perdas totais:

Energia Requerida (MWh)	2022	2021	Varição 22/21 (%)
Venda de Energia	4.543.137	4.433.834	2,5
Consumidores Livres	2.086.218	1.838.996	13,4
Consumo Próprio	11.080	11.327	-2,2
Mercado Atendido	6.640.435	6.284.157	5,9
Perdas na Distribuição			
Perdas Técnicas	899.343	823.061	9,3
Perdas não Técnicas - PNT	4.040.981	4.053.052	-0,3
PNT / Energia Requerida %	34,91%	36,34%	-3,9
Perdas Totais - PT	4.940.324	4.876.113	1,3
PT / Energia Requerida %	42,68%	43,77%	-2,5
Total	11.580.759	11.160.270	3,8

3.7 Distribuição de Energia Elétrica

Classe de Consumo	Número de Consumidores			Consumo por Classe (MWh)		
	2022	2021	Varição 22/21 (%)	2022	2021	Varição 21/22 (%)
Mercado Cativo	977.124	941.919	3,7	3.785.676	3.735.473	1,3
Residencial	855.613	822.538	4	2.239.733	2.153.619	4
Industrial	2.105	2.184	-3,6	377.239	447.904	-15,8
Comercial	80.958	76.588	5,7	1.089.663	1.057.190	3,1
Rural	38.448	40.609	-5,3	79.041	76.760	3
Demais Classes	11.186	11.482	-2,6	757.461	698.361	8,5
Poderes Públicos	9.161	9.068	1	538.687	435.440	23,7
Iluminação Pública	229	717	-68,1	141.061	187.667	-24,8
Serviço Público	1.796	1.697	5,8	77.713	75.253	3,3
Consumidores Livres	337	260	29,6	2.086.218	1.838.996	13,4
Industrial	149	116	28,4	1.567.974	1.378.333	13,8
Comercial	147	120	22,5	349.221	299.400	16,6

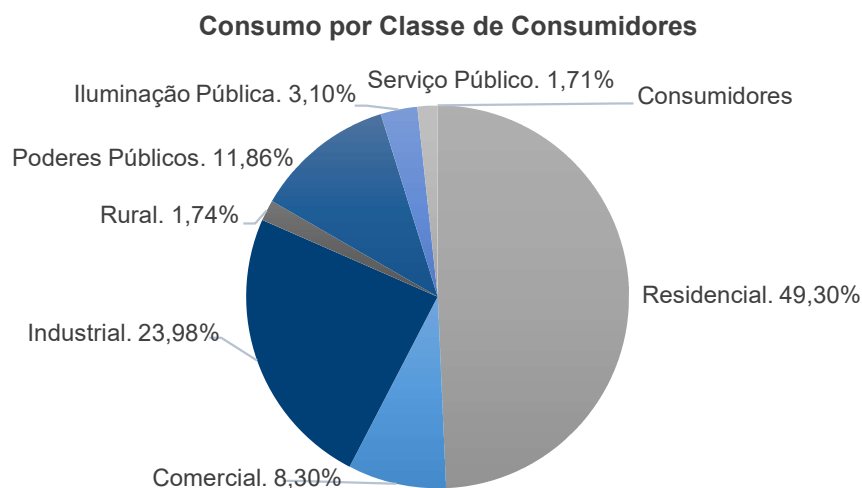


Serviço Público	41	24	70,8	169.023	161.263	4,8
Mercado Total	988.647	953.661	3,7	6.640.435	6.284.156	5,7
Residencial	855.613	822.538	4	2.239.733	2.153.619	4
Industrial	2.254	2.184	3,2	1.945.213	1.826.237	6,5
Comercial	81.105	76.588	5,9	1.438.884	1.356.590	6,1
Rural	38.448	40.609	-5,3	79.041	76.760	3
Demais Classes	11.227	11.742	-4,4	926.484	859.623	7,8
Consumo Próprio				11.080	11.327	-2,2

O consumo faturado total de energia elétrica na área de concessão somou 6.629.355 MWh em 2022 (6.272.830 MWh em 2021), um crescimento de 5,7% no total de energia distribuída (mercado cativo + livre). Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o poder público com crescimento de 23,7% devido ao retorno das atividades presenciais pós-pandemia e o residencial que cresceu 4% refletindo o aumento de novas ligações por regularizações de consumidores.

Por outro lado, as classes industrial e comercial apresentaram uma diminuição de 2,5% no consumo, impacto das migrações desses consumidores para o mercado livre.

O número de unidades consumidoras atendidas pela Amazonas Energia atingiu o total de 988.647 em dezembro de 2022, representando aumento de 3,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar da contínua migração de consumidores para o mercado livre e geração distribuída, o consumo registrado pelo mercado cativo em 2022 alcançou 4.543.137 GWh, montante 2,5% superior ao registrado em 2021. No quadro a seguir apresentamos o detalhamento:



3.7.1 Tarifas de fornecimento de Energia Elétrica

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em 2022, atingiu R\$ 811,05/MWh, com redução de 0,63% com relação a 2021.



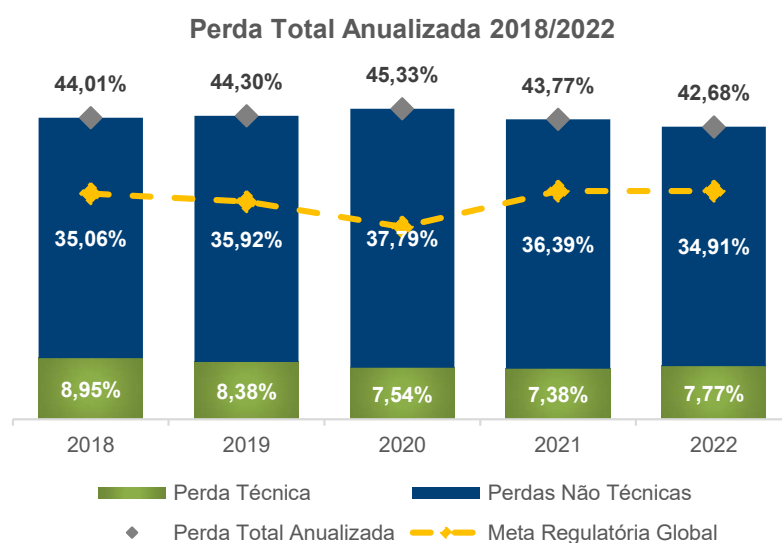
Tarifa Média de Fornecimento	
Classe	Tarifa Bruta R\$/MWh
Residencial	1.028,20
Comercial	1.032,61
Industrial	900,76
Rural	717,27
Poderes Públicos	729,47
Iluminação Pública	540,49
Serviço Público	765,28

3.8 Perdas na Distribuição

As perdas de energia correspondem as perdas totais englobando as perdas técnicas, que ocorre de forma natural nos sistemas elétricos devido a dissipação de energia no processo de transporte e perdas não técnicas, mais conhecidas como perdas comerciais, estas últimas são oriundas de furtos de energia, defeitos em equipamentos de medição, ligações clandestinas, desvios diretos da rede, fraudes, erros no processamento de leitura, medição e/ou faturamento.

A ANEEL define os percentuais regulatórios das perdas técnicas e não técnicas das concessionárias na Revisão Tarifária Periódica, que ocorre a cada 4 ou 5 anos. Para o ano de 2022 foi estabelecido para a Amazonas Energia, o **nível de perdas técnicas regulatórias de 7,77%** e o **nível de perdas não técnicas regulatórias de 70,23%**. Nessa sistemática, o consumidor regular arca com a perdas sejam elas técnicas ou não técnicas na sua tarifa.

Em 2022 as perdas globais representaram 42,7% de toda a energia injetada no sistema da distribuidora, sendo 7,8% de perdas técnicas e 34,9% de perdas não técnicas. O gráfico a seguir apresenta a evolução das perdas globais na área de concessão da Amazonas Energia:



Para combater as perdas comerciais, a Amazonas Energia mantém um “Plano de Combate às Perdas não Técnicas” que objetiva reduzir o atual nível de perdas. A seguir apresentamos as principais ações realizadas pela Companhia para a redução das perdas:



Item	2022	2021	% de Variação
Inspeções (UC's)	144.822	219.486	-34%
Irregularidades (UC's)	70.076	93.699	-25%
Assertividade Média	51,66%	42,69%	21%
Energia Recuperada Faturada (MWh)	189.369	246.209	-23%
Energia Recuperada (MWh)	139.537	185.499	-25%
Regularização Clandestinos (UC's)	3.160	3.920	-19%
Perda Total Mensal em Dez (%)	44,22%	41,56%	6%
Perda Total Anualizada em Dez (%)	42,68%	43,13%	-1%
Perda Técnica em Dez (%)	7,77%	7,38%	5%
Perda Não Técnica em Dez (%)	34,91%	36,39%	-4%
Instalação de SMC's (UC's)	2858	11822	-76%
CS's instalados	574	2.219	-74%
Bairros contemplados com SMCs	9	5	80%
Levantamentos em Campo (UC's)	98878	10517	840%
Projetos Executivos (UC's)	34730	19440	79%
Adequação de Melhorias em redes (UC's)	9638	11775	-18%
Substituição de SMC por convencional	4.877	0	100%
Melhoria de Rede + Medidores convencionais	8.305	0	100%
Inst. Med de Balanço	100.388	10.266	878%
Instalações de CMEDs	58	170	-66%
Substituição de medidores obsoletos (UC's)	6.099	5.995	2%

A previsão do plano era reduzir as perdas globais anualizadas em 4,63pp e, apesar dos obstáculos legais e sociais, foi possível reduzir 1,09pp. Como principais fatores que causaram impacto na redução de perdas destacamos a diminuição da energia recuperada e agregada por consumo fraudulento devido à Lei Estadual nº 5.797/2022. Acrescenta-se a isso a paralização da instalação de medidores do Sistema de Medição Centralizada (SMC) devido à Lei Estadual nº 5.981/2022.

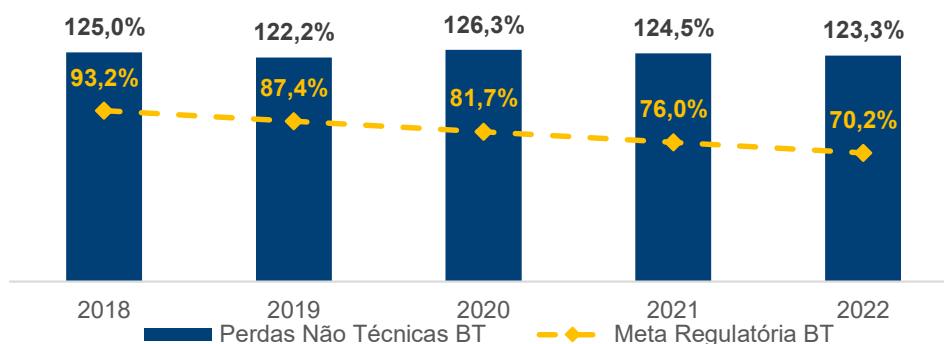
Por outro lado, melhorias nos processos de controle de fraudes e furtos tanto no grupo A quanto no Grupo B, somadas à otimização dos processos comerciais, compensaram a redução de 1,09pp.

As perdas não técnicas ou comerciais de energia elétrica, impactam o valor regulatório considerado na tarifa do consumidor regular. A redução dessas perdas traz benefícios que vão além da redução desse item na tarifa, tais como a incorporação desses consumidores no rateio de todos os custos, a redução do consumo inconsciente, melhorias na qualidade do fornecimento e impactos sobre o Governo uma vez que os prejuízos não se limitam apenas a concessionária de energia, pois da tarifa de energia aproximadamente 35,6% da arrecadação são encargos e tributos. Então, podemos concluir que é um tema sensível a todos: Empresa, Governo e consumidores.

Ao final de 2022, o índice de perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão na área de concessão da Amazonas Energia foi de 123,3%. Com base nessa metodologia, apresenta-se a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária nos últimos anos:



Perda Não Técnica sobre o mercado de Baixa Tensão



3.8.1 Dificuldades no combate às perdas no Amazonas e ambiente socioeconômico da Concessão

Após a apresentação dos resultados apurados é importante apresentar o contexto geopolítico da Concessão e as dificuldades decorrentes do ambiente em que a Distribuidora opera.

É de amplo conhecimento que há anos o Amazonas figura na liderança dos Estados Brasileiros com maior índice de perdas não técnicas. Com o passar do tempo a metodologia de determinação das perdas regulatórias foi aprimorada para dar o sinal econômico às Distribuidoras para que empreendessem melhores esforços no sentido de combatê-las, entretanto a eficácia das ações pode ser anulada pelo contexto geopolítico e cultural da concessão, ou seja, a complexidade socioeconômica da concessão impacta no desempenho da Distribuidora, como será demonstrado.

Segundo o Relatório de Perdas de Energia na Distribuição publicado pela ANEEL¹, o estado do Amazonas é o estado brasileiro onde se registram as maiores Perdas Não Técnicas do país, atingindo, em 2022, o índice de 126,3% do mercado atendido em baixa tensão.

Tal condição pode ser explicada pelo ambiente socioeconômico do Estado. Isso porque os índices de perdas tendem a ser mais elevados em regiões com índices de desenvolvimento humano mais baixos e em áreas mais violentas. Esse ambiente contribuiu para disseminar práticas ilegais e a sensação de impunidade.

Diferentemente das ações de ampliação de rede e manutenção, o problema das perdas acaba sendo uma preocupação apenas da concessionária, pois em boa parte, não há interesse dos consumidores em se regularizar. Por conta disso, muitas ações de combate às perdas geram resistência nas comunidades e acabam em manifestações contra as equipes de campo da concessionária.

Um fato relevante sobre o ano de 2022 são as várias manifestações contrárias a instalação dos medidores tipo SMC, o que teve consequências nas ações de competência da Distribuidora, afetando de forma direta a população e a qualidade do atendimento, uma vez que

¹https://antigo.aneel.gov.br/documents/654800/18766993/Relat%C3%B3rio+Perdas+de+Energia_+Edi%C3%A7%C3%A3o+1-2021.pdf/143904c4-3e1d-a4d6-c6f0-94af77bac02a

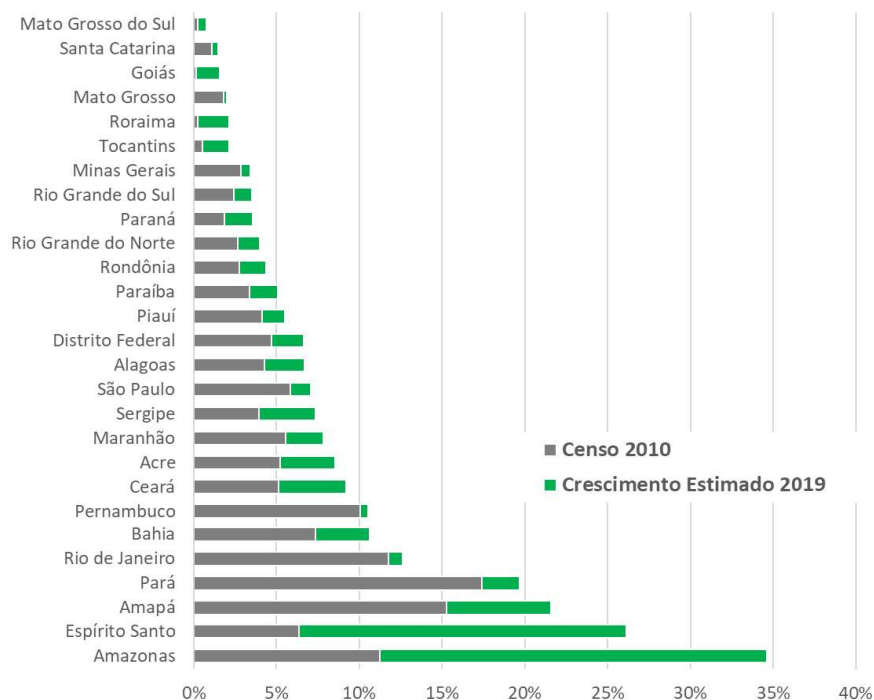


a realização de diversos serviços foram impedidos, tanto pela população como também em decorrência dos defensores das leis invasoras.

Outro motivo que levou à não redução dos índices de perdas, pode ser explicado por dados preliminares de 2019 (divulgadas pelo IBGE em 2020) indicando que os domicílios localizados em Aglomerados Subnormais cresceram expressivamente no estado do Amazonas. A subnormalidade no estado passaria de 11% em 2010 para quase 35% em 2020.

Nesse contexto, o Amazonas passaria a ser a unidade federativa mais complexa do país, muito superior à segunda colocada (Espírito Santo). Estudo publicado pela organização MapBiomias2 confirma a tendência de aglomerados subnormais identificadas pela variável amostral do IBGE. Ver figura abaixo:

Figura - Estimativa do crescimento da proporção de domicílios ocupados em aglomerados subnormais por Unidade da Federação, 2010 – 2019.



Fonte: Censo de 2010, IBGE; Resultados Preliminares 2019, IBGE.

3.8.2 Dos impactos da CPI e das Leis Invasoras

Os anos de 2021 e 2022 foram marcados por várias ações do legislativo estadual que afetaram diretamente os serviços da concessão e seu equilíbrio econômico-financeiro, com destaque para a instauração da CPI da Amazonas Energia, que em princípio seria voltada a problemas nos atendimentos emergenciais às áreas do Interior do Estado, entretanto evoluiu significativamente para o impedimento das ações de combate às perdas não técnicas,

² MapBiomias_Infra_Urbana_Novembro_2021_04112021_OK.pdf (mapbiomias-br-site.s3.amazonaws.com)



principalmente referente às inspeções e correções de medições de energia elétrica, conforme demonstramos abaixo:

- Lei Estadual Nº 5.533/2021: impede a troca de medidores e padrões de energia elétrica, como de similares, instalados pelas concessionárias e prestadoras de fornecimento de energia elétrica, sem a devida comunicação prévia ao consumidor;
- Instalação da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Amazonas Energia pela ALEAM – Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas em 02/09/2021: criada para apurar possíveis irregularidades na prestação do serviço de energia elétrica no Amazonas Energia S.A;
- Lei Estadual Nº 5.777/2022 - Veda a cobrança de valores decorrentes da lavratura do Termo de Ocorrência de Irregularidade (TOI) na mesma conta, fatura ou boleto bancário, no qual se remunere o serviço, no âmbito do Estado do Amazonas;
- Lei Estadual Nº 5.797/2022: obriga as concessionárias e permissionárias dos serviços de fornecimento de energia e água a notificar previamente o consumidor, por meio de carta com Aviso de Recebimento (AR), quando houver a necessidade de se fazer inspeção ou vistoria técnica, nos medidores;
- Lei Estadual Nº 5.981/2022: impede as concessionárias e permissionárias do serviço de fornecimento de energia elétrica e água a realizar a instalação de medidores do Sistema de Medição Centralizada (SMC) ou Sistema Remoto Similar.

Essas leis invasoras editadas pelo legislativo do Amazonas afrontam a regulação por incentivos e à busca da eficiência na prestação dos serviços públicos, assim como outras semelhantes, em que pese todo arcabouço regulatório definido para o setor elétrico, acabam impactando fortemente as operações e os resultados das distribuidoras afetando tanto a parcela B gerenciável, quanto a Parcela A não gerenciável.

Por se constituírem leis invasoras ao setor, não fazem parte do risco associado ao negócio de distribuição. Muitas delas, ao serem constituídas, ocasionam efeitos imediatos e, mesmo com a busca da devida tutela jurídica contra as leis que invadem a dimensão regulatória estabelecida, as ações de contrapartida por parte da empresa consomem tempo, recursos financeiros e uma relação conflituosa com agentes públicos constituídos, sempre prejudicial a concessão.

Durante o ano de 2022, a Distribuidora atuou nos devidos esclarecimentos para a população e poder legislativo estadual, utilizando os meios jurídicos para contestar tais leis além de resguardar os serviços da concessão. Todas estas ações corroboraram na decisão proferida em 17/02/2023 pelo Supremo Tribunal Federal – STF que por unanimidade, declarou que a proibição da instalação dos medidores externos - SMC prevista na Lei Estadual nº 5.797/22 **é inconstitucional**, cabendo apenas à União legislar sobre o tema.

As leis estaduais invasoras, patrocinadas pelo poder estatal, que coibiram o combate às perdas, a implementação de investimentos para a recuperação de receitas, limitando faturamentos, e refletindo negativamente no ciclo financeiro, na arrecadação e na redução de custos operacionais (manutenção e operação), trouxeram impactos negativos em valores estimados da ordem R\$ 251,4 milhões para a Distribuidora.

É importante destacar o cenário atualmente enfrentado pela concessão amazonense que acumula os maiores índices de perdas não técnicas do país. Historicamente, o estado do Amazonas, convive com elevada prática de furtos de energia decorrente da situação social,



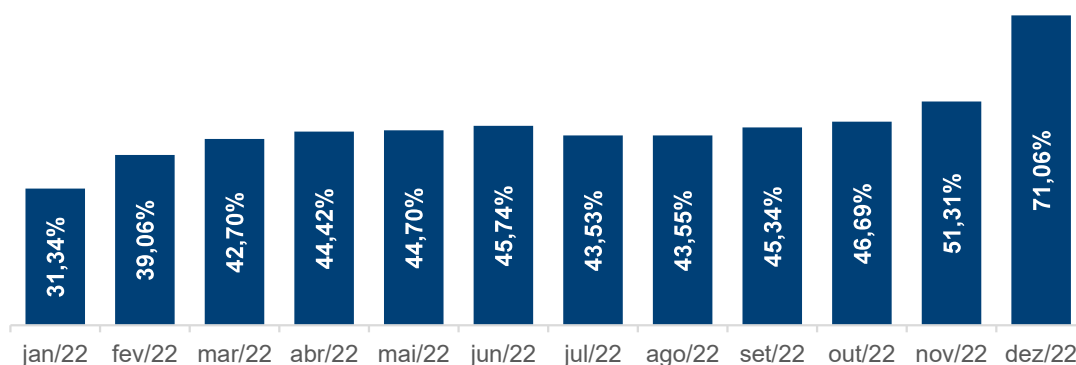
condições subnormais já identificadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e cultural do próprio Estado, que ultrapassa a competência e poder de atuação da Distribuidora.

3.9 Atendimento ao Cliente

No ano de 2022 nossas principais ações no âmbito do atendimento aos clientes foram direcionadas para inovação e otimização dos canais de atendimento digital, com a disponibilização de diversos serviços no site: www.amazonasenergia.com.

Os canais de atendimento digitais performaram inicialmente com percentual de 31% de todo atendimento realizado na capital atingindo o patamar de 71% em dezembro de 2022, observa-se que tal aumento reflete as ações desenvolvidas de melhoria contínua dos canais digitais e de publicidade.

Migração para Atendimento Digital



De forma a proporcionar o acesso absoluto aos serviços da distribuidora disponibilizamos atendimento presencial em 85 lojas físicas totalmente automatizadas, de fácil localização com terminais de autosserviço e atendimento personalizado, com espaços amplos e design moderno. Em 2022 essas unidades presenciais realizaram mais de 601 mil atendimentos.

Imagens das lojas de atendimento
- Capital



Destacamos como ponto importante 12 eventos que chamamos de “Dia D de Negociação”, ainda no



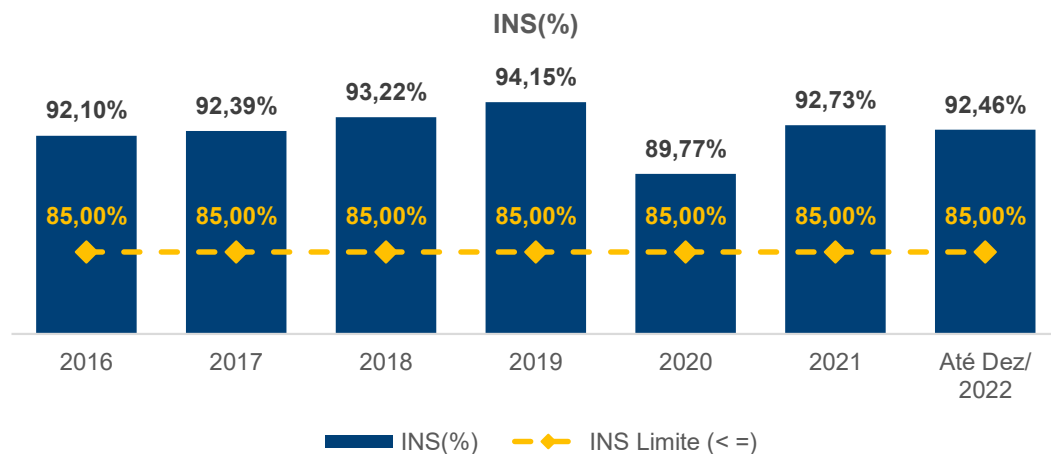
atendimento presencial foram realizadas ações itinerantes oferecendo ao consumidor atendimento móvel mais próximo das comunidades e das áreas mais isoladas e distantes das sedes municipais destacando a busca ativa de clientes baixa renda para o cadastro no benefício de Tarifa Social.

3.9.1 Qualidade do Teleatendimento e do Atendimento Presencial

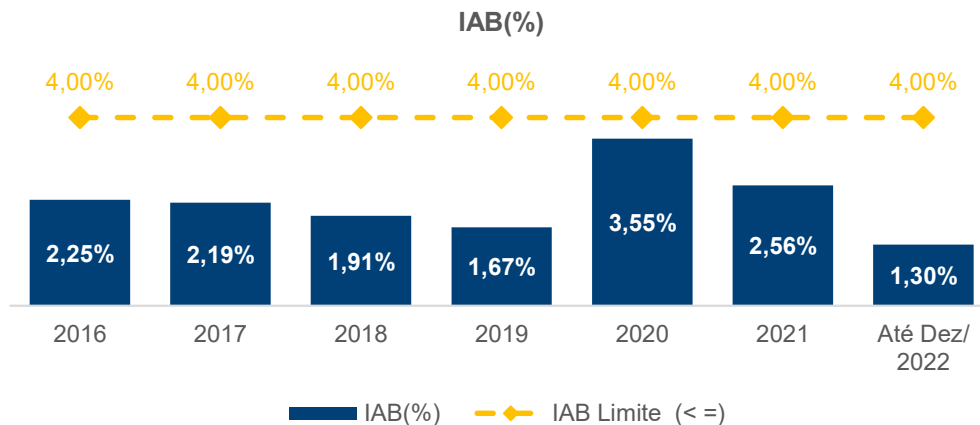
Em 2022, a Amazonas Energia realizou 94 mil teleatendimentos. Para atender esse quantitativo, a companhia, através da central de atendimento 0800 701 3001, utilizou seu capital humano e eletrônico.

O desempenho da Amazonas Energia em relação a qualidade do teleatendimento é avaliado pela ANEEL por meio dos indicadores: Índice de Nível de Serviço – INS, Índice de Abandono – IAb e Índice de Chamadas Ocupadas – ICO.

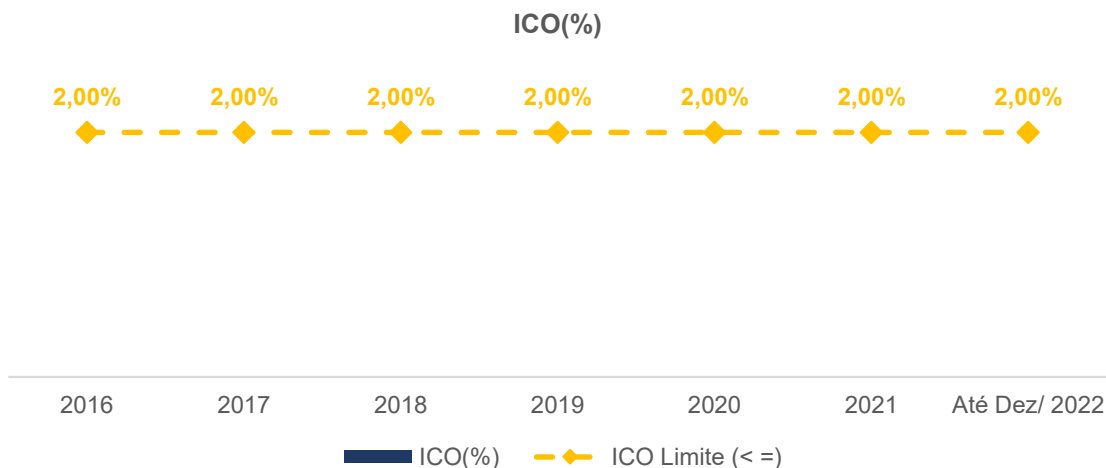
O Índice de Nível de Serviço – INS mede a capacidade da distribuidora em atender, em tempo menor ou igual a 30 segundos, a chamadas telefônicas recebidas de seus consumidores. São expurgados do cálculo, as chamadas abandonadas em tempo menor ou igual a 30 segundos. No ano de 2022, a empresa obteve um resultado de 92,46%, melhor 7,46pp que o limite regulatório. A seguir demonstramos a evolução do indicador:



O Índice de Abandono – IAb mede o percentual de chamadas abandonadas em tempo superior a 30 segundos em relação às chamadas atendidas. No ano de 2022, a empresa obteve um IAb anual de 1,30%, resultado 2,7pp melhor que o limite regulatório e, se compararmos com ano de 2021, podemos observar uma melhoria de 1,26% demonstrando que a companhia vem melhorando sua eficiência na redução de chamadas abandonadas. Abaixo, pode-se visualizar a evolução desse indicador:



O Índice de Chamadas Ocupadas – ICO mede o percentual de chamadas ocupadas em relação ao total de chamadas oferecidas. Em 2022, a Amazonas Energia obteve um ICO anual de 0%. Este é um resultado positivo e constante que vem sendo observado ao longo dos últimos anos na distribuidora. Abaixo, pode-se visualizar os resultados:



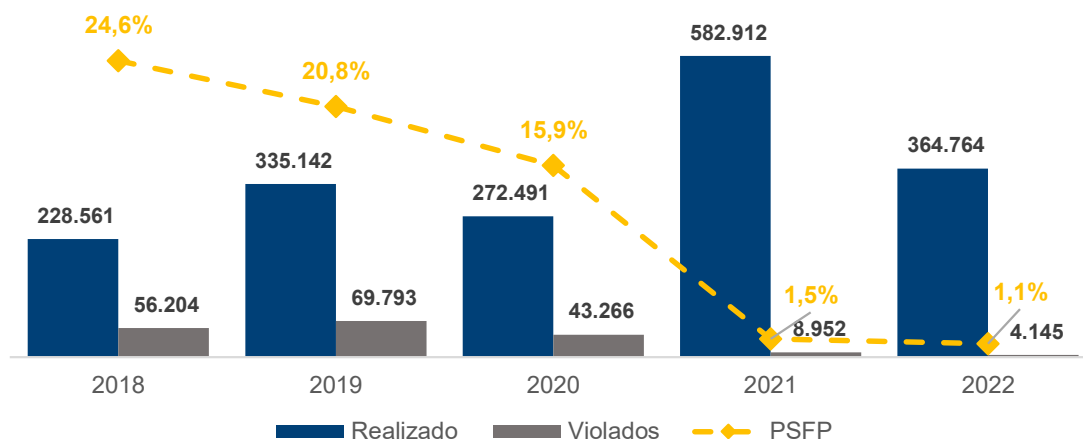
3.9.2 Atendimento aos Serviços Comerciais

O desempenho das concessionárias de energia elétrica em relação ao atendimento aos serviços comerciais é avaliado pela ANEEL através do percentual de serviços executados fora do prazo regulatório – PSFP.

Em 2022, a Companhia ficou abaixo do percentual geral de descumprimento no Brasil que é de 3%. Desde 2019 apresentamos redução significativa desse indicador, o que evidencia evolução no cumprimento dos prazos regulatórios.



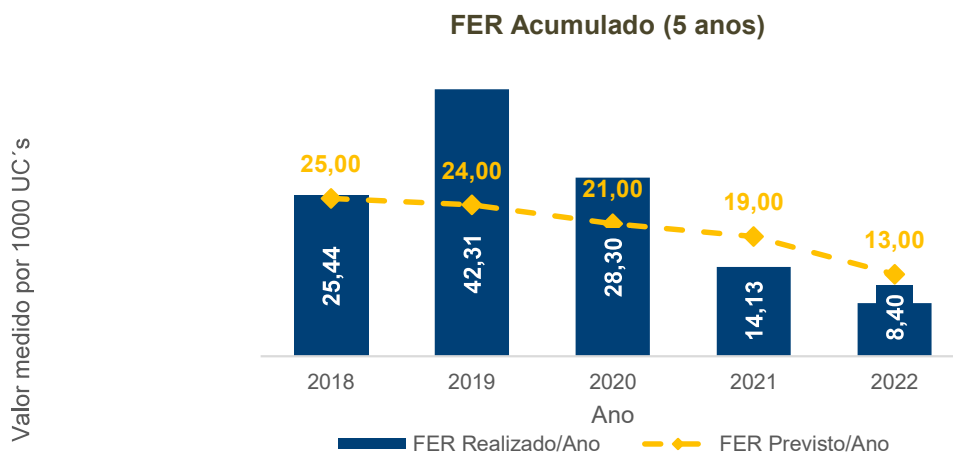
Total de Serviço Realizado e Violado - Anualizado



3.9.3 Tratamento das Reclamações

Em 2022, o indicador de frequência equivalente de reclamações - FER apresentou a performance de 8,40 ficando dentro da meta anual estabelecida pela ANEEL, ou seja, de 13 reclamações procedentes a cada 1000 clientes (UC's).

Em 2022 apuramos a melhor performance desde 2019, esse resultado reflete as ações de melhoria contínua para atendimento ao consumidor.



3.10 Ouvidoria e Quantidade de reclamações totais - QRT

A Ouvidoria da Amazonas Energia atua como um canal de comunicação entre o consumidor e a Companhia, realizando a análise das reclamações não atendidas ou que não



foram resolvidas de forma satisfatória por meio do 1º nível de atendimento, via número 0800 701 3001 ou atendimento presencial.

Em 2022 foram registradas **8.012** manifestações de 2º nível (Ouvidoria), conforme quantitativo informado na tabela abaixo:

Tipo de Manifestação	Quantidade
Reclamação	6.179
Informação	1.673
Denúncia	147
Elogio	9
Sugestão	4
Total	8012

Do total de **6.179** reclamações, **1.965** (32%) foram encerradas como procedentes e **4.214** (68%) como improcedentes. As principais reclamações registradas foram sobre as seguintes tipologias: variação de consumo (38%); cobrança por irregularidade (30%) e alteração cadastral (8%).

Em 2022, foram registradas **1.291** manifestações de 3º nível, ou seja, aquelas recebidas através da ANEEL, conforme abaixo:

Tipo de Manifestação	Quantidade
Reclamação	1.212
Informação	76
Denúncia	3
Total	1291

Fonte: Elaboração Própria/OUV

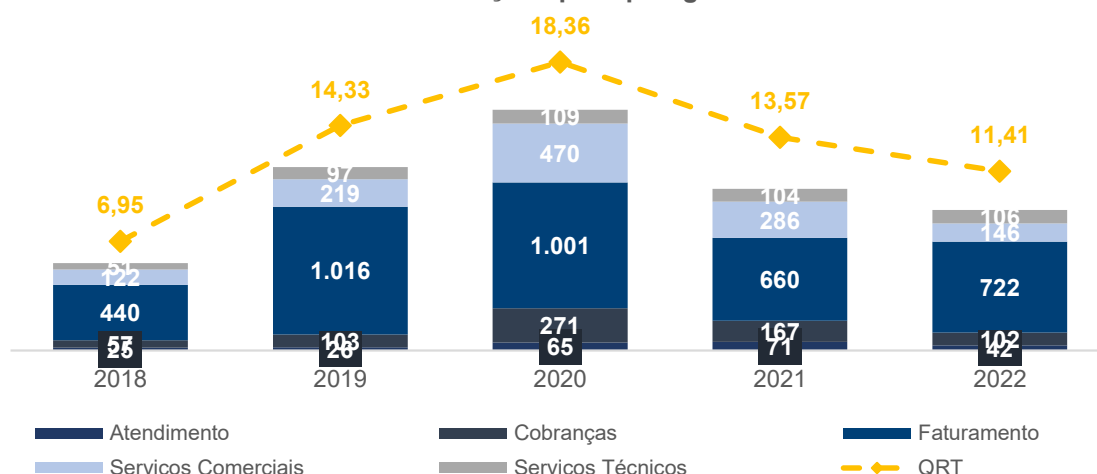
Do total de **1.212** reclamações, **484** (40%) foram encerradas como procedentes e **728** (60%) como improcedentes. As principais reclamações registradas foram sobre as tipologias: variação de consumo (34%); cobrança por irregularidade (29%) e interrupção do fornecimento (29%).

As demandas recebidas na Ouvidoria e a sua análise geram subsídios para planejamento de ações e ajustes nos procedimentos que impactam na qualidade dos serviços prestados aos nossos clientes, pois possibilita o estabelecimento de metas para redução das reclamações, com foco na solução dos problemas.

No ano de 2022 a QRT da Amazonas Energia foi 11,41, havendo uma redução de 2,16pp em comparação ano anterior, que foi de 13,57. O gráfico abaixo demonstra a evolução da QRT:



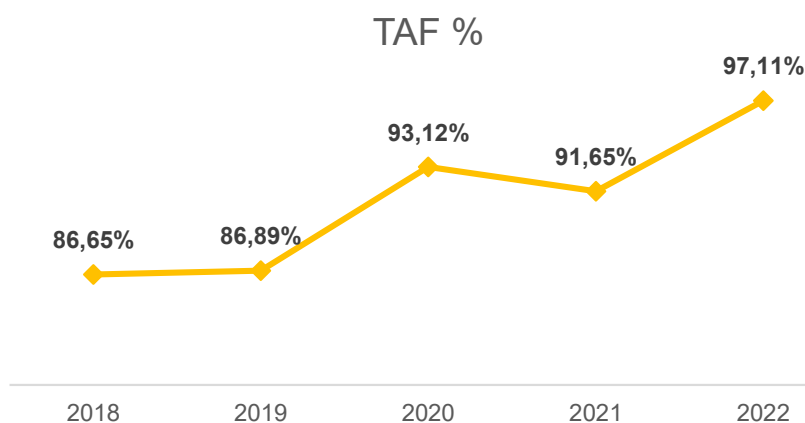
Quantidade de reclamações por tipologia na ANEEL- QRT



3.11 Gestão da Inadimplência

Em 2022, a taxa de arrecadação em 12 meses, atingiu seu melhor resultado com 97,11%, registrando 5,46p.p. melhor que 2021 (91,65%) esse resultado é reflexo de ações adotadas com cobranças administrativas e judiciais.

O gráfico a seguir demonstra a evolução da taxa de arrecadação da Amazonas Energia:



O setor privado avançou significativamente, permitindo uma arrecadação próxima do faturado em 2022, fechando a TAF privada em 98,83% ante os 92,70% em 2021.

O setor governamental que compreende os poderes públicos, serviço público e iluminação pública, avançou a TAF de 83,83%, em 2021, para 86,03% em 2022. As classes do poder público caíram de 91,12% para 82,87% e o serviço público registrou avanço, de 52,97% para 58,35%.

No combate à inadimplência, intensificamos o foco nas diversas ações de cobrança do setor privado com envio de mensagens SMS, negativas, protesto, envio de e-mails,



recebimento e negociação através do cartão de crédito, além de melhorias nos processos de faturamento e arrecadação.

Em campo, intensificamos as cobranças com a suspensão de fornecimento de forma mais eficaz através de algoritmo próprio capaz de classificar as unidades com maior chance de retorno, tornando o serviço mais efetivo.

Na área de inovação, implantamos o chamado “link de pagamento”, tecnologia que torna capaz o pagamento via cartão de forma rápida, segura e fácil sem a necessidade de maquininhas de cartão para impulsionar as negociações. Neste assunto, estamos projetando a expansão dos meios de arrecadação para além das nossas lojas físicas, utilizando pontos comerciais estratégicos localizados em área de grande inadimplência na cidade.

Sob o âmbito jurídico, a cobrança de débitos tem se operacionalizado de forma efetiva, através de notificações extrajudiciais e ações judiciais para cobrança dos débitos em todas as classes de clientes.

Considerando a inadimplência expressiva do Poder Público, implementamos estratégia de cobrança diferenciada, além da abordagem inicial aos devedores, com reuniões presenciais, apresentamos representação junto ao Tribunal de Contas e Ministério Público do Estado Amazonas.

Sendo assim, em 2022, fechamos o ano com aproximadamente R\$ 1.336,5 milhões em faturas vencidas. Um crescimento de 5,3% em relação a 2021 (R\$ 1.269,5 milhões), abaixo detalhamento:

VALORES CORRENTES - R\$ MIL					VALORES RENEGOCIADOS - R\$ MIL				
Classe de Consumo	A VENCER	VENCIDAS			A VENCER	VENCIDAS		PDD	TOTAL 2022
		Até 90 dias	De 91 a 180 dias	+ 181 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias		
Residencial	181.239	98.615	52.709	231.212	301.442	19.013	40.996	-91.404	833.822
Industrial	27.169	5.321	3.321	34.920	34.812	1.488	10.887	-68.590	49.328
Comercial	93.677	26.861	11.846	101.052	119.110	4.918	37.938	-130.630	264.772
Rural	7.721	4.084	2.065	1.839	10.603	640	1.102	-1.918	26.136
Poderes Públicos	39.450	51.657	21.998	314.615	180.684	1.929	86.116	-606.679	89.770
Iluminação Pública	6.382	1.494	1.757	26.467	-	-	-	27.094	9.005
Serviço Público	6.188	8.320	6.480	117.733	3.652	103	7.053	-129.528	20.000
Outros	48.604	-	-	-	-	-	-	196	48.408
TOTAL	410.430	196.352	100.176	827.838	650.302	28.091	184.092	-1.056.039	1.341.241



VALORES CORRENTES - R\$ MIL					VALORES RENEGOCIADOS - R\$ MIL				
Classe de Consumo	A VENCER	VENCIDAS			A VENCER	VENCIDAS		PDD	TOTAL 2021
		Até 90 dias	De 91 a 180 dias	+ 181 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias		
Residencial	223.622	180.278	69.075	116.120	309.190	18.698	26.349	(225.722)	717.611
Industrial	47.973	9.254	3.582	29.525	37.819	1.034	7.656	(65.723)	71.119
Comercial	118.653	49.499	42.749	76.222	131.004	4.950	26.618	(160.013)	289.683
Rural	7.370	3.675	1.930	1.817	8.474	595	758	(3.155)	21.464
Poderes Públicos	44.034	30.025	10.307	275.679	112.571	34.724	84.610	(517.867)	74.084
Iluminação Pública	8.166	25.760	1.378	21.506	2	-	-	(23.003)	33.810
Serviço Público	8.231	7.403	5.874	95.285	11.257	182	6.354	(117.835)	16.752
Outros	76.715	-	-	-	-	-	-	(197)	76.518
Total	534.764	305.895	134.897	616.154	610.317	60.183	152.346	(1.113.515)	1.301.040

4. AMBIENTE REGULATÓRIO

4.1 Concessão

Em 2022, dentre os temas mais importantes no aspecto regulatório para a concessão da Amazonas Energia podemos destacar os efeitos finais da crise hídrica de 2021, a implantação da Resolução Normativa nº 1.000/2021, o tratamento das chamadas leis invasoras, o ambiente político de pressão sobre a implantação do Sistema de Medição Centralizada – SMC, os efeitos do ICMS – Substituição Tributária, que culminou com o pedido de Revisão Tarifária Extraordinária e a implantação da Lei nº 14.300 sobre a Geração Distribuída.

- **Crise Hídrica** - Quanto à crise hídrica o início do ano foi marcado pelas discussões acerca dos montantes a serem repassados pela conta Escassez Hídrica e a determinação da duração da Bandeira Tarifária Escassez Hídrica, que teve seu fim antecipado para a primeira quinzena de abril;
- **Resolução Normativa nº 1.000/2021** - Sobre a Resolução Normativa nº 1000/2021 podemos destacar que foi um grande marco no setor elétrico e que exigiu diversas alterações nos procedimentos internos da companhia bem como em seus sistemas de informação;
- **Leis Invasoras** - em 2022 a concessão ainda sofreu os efeitos das chamadas leis invasoras que são leis que extrapolam a competência dos Estados que legislam sobre temas relacionados às concessões de energia de responsabilidade da União.
- **Instalação do SMC** - Outro ponto relevante para o ambiente da concessão foi a instalação do Sistema de Medição Centralizada – SMC, que visa primordialmente combater as fraudes e furtos de energia. O maior problema enfrentado pela Amazonas Energia, no seu aspecto econômico-financeiro. O SMC já se mostrou ser um sistema eficiente de combate às perdas visto que, onde foi instalado, as perdas comerciais



caíram significativamente. Porém, conforme o sistema ia sendo instalado as reclamações de clientes que pagavam menos do que efetivamente consumiam ganharam a mídia e o apoio de parcela da classe política local que começou a combater a instalação do SMC, inclusive com a aprovação da Lei nº 5.981/2022 que impedia a instalação do SMC no Estado do Amazonas. Tal lei foi posteriormente considerada inconstitucional pelo STF, mas seus efeitos ao longo do ano de 2022 foram extremamente nocivos para a concessão.

- **ICMS-ST** - A Lei Complementar nº 217/2021 ao instituir a tributação do ICMS por substituição tributária (ICMS-ST) transformou o tributo em custo de compra de energia. Com essa nova sistemática tributária, os custos diretos com ICMS ficaram agregados ao preço de aquisição de energia elétrica majorando o custo com a aquisição de energia elétrica. Dada a majoração de seu custo de energia, a companhia solicitou em janeiro de 2022 a aplicação de uma Revisão Tarifária Extraordinária – RTE. Inicialmente o pedido foi acatado pela ANEEL, inclusive com a abertura de Audiência Pública presencial em Manaus e de Consulta Pública por intercâmbio documental. Dado os prazos da ANEEL para acatar o pedido e sua abertura o processo de RTE correu em paralelo ao processo de Reajuste Tarifário Anual – RTA. Posteriormente, a ANEEL decidiu que o pedido de RTE da Amazonas Energia não se enquadrava na regra vigente, tendo seu processo encerrado. Porém, o custo adicional de energia por conta do ICMS-ST ainda persiste e embora ele não possa ser tratado em uma RTE, seu custo futuro foi considerado no custo de compra de energia durante o processo de RTA 2022, porém, somente sobre a parcela da tarifa que corresponde ao custo de Energia. O tema ICMS-ST levou a ANEEL a instaurar dois processos fiscalizatória para a Amazonas Energia, um no âmbito financeiro sob a ótica dos lançamentos do ICMS-ST e outro no âmbito comercial sob a ótica do repasse e faturamento do ICMS para o consumidor da Amazonas Energia. O resultado da fiscalização irá determinar quanto foi o prejuízo incorrido pela Amazonas Energia e o valor a ser repassado no próximo processo tarifário.
- **Lei 14.300/2022** – Geração Distribuída - Foi publicada no Diário Oficial da União, em 7 de janeiro de 2022 a sanção do Projeto Lei nº 5.829/2019, que se converteu na Lei 14.300/2021 e dispõe sobre o Marco Legal da Geração Distribuída. Essas modalidades de GD permitem a consumidores produzirem a própria energia que utilizam a partir de fontes renováveis. A lei trouxe diversos comandos sobre o Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE e sobre micro geradores e minigeradores distribuídos, além de outros temas, o que ensejou da parte da ANEEL abertura de consulta pública nº 51/2022, para adequação dos atuais regulamentos sobre o tema. De forma a destacar a Lei criou o período de transição, onde mesmo novas conexões de minigeração e microgeração possam continuar tendo benefícios tarifários por um período antes do advento da regra definitiva entre outras alterações.

4.2 Reajuste Tarifário Anual de 2022

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.132/2022 e Nota Técnica nº 198/2022, autorizou o reajuste das tarifas a serem praticadas pela Amazonas Energia tendo sua vigência a partir de 01/11/2022.



No reajuste anual, a ANEEL repassada à tarifa as variações dos custos associados a prestação do serviço, custos de transmissão, compra de energia e encargos setoriais. Esses itens do reajuste fazem parte da Parcela A, na qual a Companhia não tem gerência na gestão, apenas repassando os custos já incorridos e projetados pela ANEEL. Já a Parcela B reflete o valor disponível para custear suas operações e realizar os investimentos necessários, o valor é corrigido pelo IPCA, deduzido do Fator-X.

Deste processo, resultou o reposicionamento das tarifas cujo efeito médio percebido aos consumidores foi de 4,38% (quatro, trinta e oito por cento), tendo a participação de 2,17% de encargos setoriais, 1,02% de custos com transmissão, 11,91% com custos de energia, 1,21% com os custos da distribuidora, -2,09% referente as receitas irrecuperáveis, -8,78% relativo aos componentes financeiros do processo atual e -3,06% relativo à retirada dos componentes financeiros do processo ordinário anterior.

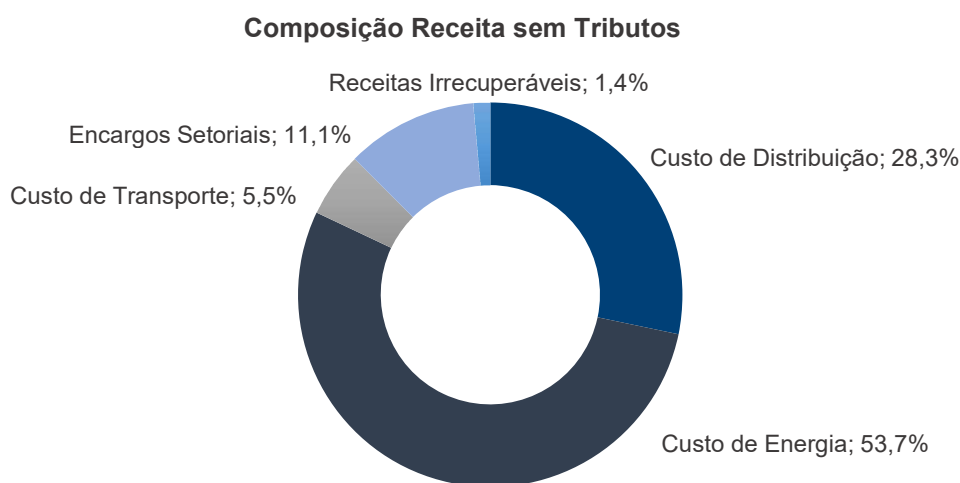
O custo de energia teve como principal ponto de variação o custo da geração do ACR médio, preço pelo qual são valorados a geração própria e os contratos bilaterais, que tiveram uma variação percentual de 37% entre os anos de 2021 e 2022. Além disso houve a incorporação do ICMS-ST na cobertura da compra de energia que passou a ser considerado como custo de energia.

Devido aos itens financeiros que contribuíram para a redução tarifária em 11,84%, o efeito para o consumidor foi reduzido, com destaque para reversão dos custos da crise hídrica com os repasses da conta bandeiras e da venda da energia excedente no mecanismo de venda de excedentes (MVE).

Um ponto a ser destacado diz respeito ao fato de a Parcela B, custos gerenciáveis da distribuição corresponder a apenas 1,92% do efeito do aumento da tarifa do consumidor, sendo o restante do aumento ocasionado por itens da Parcela A e Componentes Financeiros.

Na composição da Receita Líquida para o período 2022-2023, a Parcela A (custos não gerenciáveis com encargos, transmissão, energia e ICMS-ST) participa com 71,7%. Destaca-se que a Parcela B (custos gerenciáveis da distribuição) representa 28,3%, no valor da tarifa de energia.

Apresentamos, abaixo, a participação dos itens das Parcelas A e B, na composição da receita anual da Amazonas Energia:





4.3 Bandeira Tarifária

O sistema de bandeiras tarifárias foi criado pela Resolução Normativa ANEEL nº 547/2013, com vigência a partir de 2015, para sinalizar aos consumidores os custos reais da geração de energia elétrica em função das dificuldades hídricas.

O sistema é uma forma diferente de apresentar um custo que já estava na conta de energia. Não existe, portanto, um novo custo, mas um sinal de preço que sinaliza para o consumidor as condições de geração de energia elétrica e o custo real dessa energia quando ele está consumindo. As cores das Bandeiras (verde, amarela, vermelha ou escassez hídrica) indicam se a energia custará mais ou menos em função das condições de geração do cenário mais favorável ao mais crítico.

O cenário de crise hídrica prevaleceu de setembro de 2021 a abril de 2022. De maio a dezembro de 2022, com a melhora das condições hídricas, não houve acréscimo nas faturas de energia predominando a bandeira verde.

Os valores das bandeiras tarifárias são publicados pela Aneel, em norma específica. Todos os consumidores cativos das distribuidoras são faturados pelo Sistema de Bandeiras Tarifárias, com exceção daqueles localizados em sistemas isolados.

O acionamento das bandeiras e os valores mensais da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, repassados à Amazonas Energia, no ano de 2022, foram:

Mês	Bandeira	Repasso da CCRBT à AmE (R\$)	Repasso da AmE à CCRBT (R\$)	Nº de Despachos ANEEL
Janeiro	Escassez Hídrica	4.900.546	-	593/2022
Fevereiro	Escassez Hídrica	31.978.123	-	860/2022
Março	Escassez Hídrica	180.219.346	-	1.132/2022
Abril	Verde	126.240.331	-	1.452/2022
Maio	Verde	1.704.601	-	1.741/2022
Junho	Verde	1.592.672	-	2.061/2022
Julho	Verde	1.793.028	-	2.374/2022
Agosto	Verde	1.582.662	-	2.835/2022
Setembro	Verde	1.610.713	-	3.158/2022
Outubro	Verde	1.413.049	-	3.471/2022
Novembro	Verde	1.549.427	-	4.181/2022
Dezembro	Verde	1.402.818	-	251/2023

4.4 Sobrecontratação

Desde a assinatura do novo contrato de concessão, a Distribuidora vem atuando em conjunto com a agência reguladora para garantir a neutralidade dos custos da sobrecontratação de energia. O fluxo de caixa da distribuidora fica gravemente comprometido decorrente dos custos elevados dessas sobras.

A citada sobrecontratação além de estrutural e involuntária é insustentável, comprovado pelo fato de que os mecanismos de redução de sobrecontratação existentes não são suficientes para mitigar de forma efetiva seus efeitos.



De forma a mitigar esse risco à concessão, em 10 de outubro de 2019, foi publicado o Decreto nº 10.050, alterando o Decreto nº 7.246/2010, para:

“Art. 1º O Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 22. § 1º O custo total de geração correspondente à sobrecontratação de energia elétrica, pelo período definido no caput, será considerado no custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados de que trata o art. 11, § 2º.

§ 2º O custo decorrente da sobrecontratação de energia elétrica dos agentes de distribuição de que trata o caput, reconhecida pela ANEEL como exposição involuntária no prazo de cinco anos subsequentes ao da respectiva interligação, será considerado no custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados de que trata o art. 11, § 2º.” (grifou-se)

O Despacho nº 1.365/2015, atestou a plena interligação do sistema Manaus ao SIN a partir de 1º de maio de 2015, portanto, todo o custo da distribuidora com a sobrecontratação de energia ou exposição ao mercado de curto passou a ser objeto de ressarcimento à CCC até o ano civil de 2020.

Contudo, a operacionalização do comando do Decreto nº 10.050/2019 não proporcionou a devida neutralidade financeira da operação, impedindo a Distribuidora de honrar com os compromissos financeiros relativos à energia comprada de modo tempestivo.

Diante desse cenário, foi promulgada a Lei nº 14.146, de 26 de abril de 2021 reconhecendo que a sobrecontratação das distribuidoras de energia elétrica cujas capitais não estavam interligadas ao SIN em 9 de setembro de 2009 será reconhecida pela ANEEL e repassado à CCC entre janeiro de 2021 e dezembro de 2026.

A Portaria Normativa Nº 15, de 2 de julho de 2021 do Ministério de Minas e Energia foi publicada para regulamentar o cálculo do reconhecimento dos efeitos financeiros dos custos atrelados a sobrecontratação das distribuidoras de energia elétrica cujas capitais não estavam interligadas ao SIN em 9 de setembro de 2009, conforme promulgada na Lei nº 14.146.

No entanto, a operacionalização da Portaria Normativa nº 15 também não resguardou a neutralidade financeira da operação, especialmente diante da volatilidade do PLD. Nesse sentido, o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria normativa Nº 38/GM/MME, de 23 de março de 2022 alterando a Portaria Normativa nº 15/GM/MME, de 2 de julho de 2021 que passa a ser repassado mensalmente o valor da sobrecontratação, momento em que foi reconhecida a neutralidade financeira da sobrecontratação. Maiores detalhes vide nota explicativa às demonstrações financeiras nº 3.1.

4.5 Monitoramento da Companhia pelo órgão regulador quanto à sustentabilidade econômico-financeira

Desde a assinatura do contrato de concessão, a Amazonas Energia tem seus indicadores técnicos, comerciais e financeiros, monitorados pela ANEEL. Em dezembro de 2021, a Distribuidora foi demandada a apresentar à ANEEL um Plano de Resultados demonstrando como atingiria a sustentabilidade econômico-financeira da concessão. No



documento apresentado, a empresa evidenciou que o equilíbrio operacional poderia ser alcançado em 2024 e que a sustentabilidade econômico-financeira da concessão é factível no horizonte do Plano, mediante a concretização das medidas apresentadas, dentre as quais destacam-se as ações de combate às perdas, em especial a implantação do Sistema de Medição Centralizada – SMC.

Após avaliação por parte da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF, o Plano foi aprovado com ressalvas em fevereiro de 2022, iniciando-se a partir daquele momento a etapa de monitoramento dos resultados.

Após a avaliação dos resultados do 1º e do 2º trimestre de 2022, a SFF, concluiu que, em que pese o Plano ter sido aprovado com ressalvas, o acompanhamento dos primeiros nove meses evidenciou que a projeção não se confirmara. Tal fato foi resultante principalmente dos impedimentos das ações de combate às perdas, da implantação do SMC, por parte do Poder Judiciário, leis invasoras, ações populares e pelo não reconhecimento da neutralidade econômica

Ademais, a Distribuidora demonstrou para a ANEEL e Poder Concedente que outro fator, alheio à gestão da Companhia, contribuiu para o alto nível de endividamento sendo a causa raiz da alegada incapacidade econômico-financeira: o descumprimento da Cláusula 1.111 do Edital do Leilão nº 2/2018-PPI/PND, que estabeleceu que o vencedor assumiria a Distribuidora, com *equity* igual a zero. Nesse sentido, buscou assegurar o seu direito acionando o judiciário e promovendo as diligências necessárias e nas instâncias em que julgar pertinente para obter o reconhecimento do seu direito.

Ainda assim, a ANEEL decidiu pelo encerramento do Plano de Resultados e a Amazonas Energia se manifestou no sentido de que pretende equacionar o alegado desequilíbrio econômico-financeiro por meio da transferência do controle societário, estando em tratativas com agentes do mercado.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

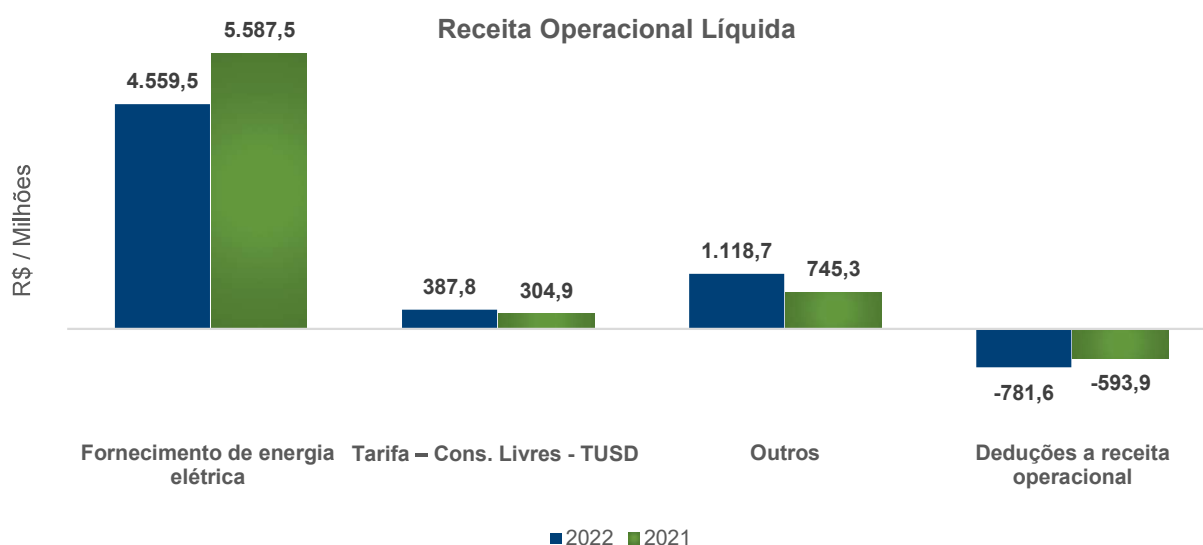
Na tabela a seguir, estão demonstrados os principais indicadores econômico-financeiros do exercício, comparados com o ano anterior:

Dados Econômico-Financeiros – R\$ mil	2022	2021	Varição
Receita Operacional Bruta - ROB	6.066.097	6.637.649	-8,61%
Receita Operacional Líquida - ROL	5.284.497	6.043.738	-12,56%
EBITDA	637.502	89.611	611,40%
EBIT	552.642	14.036	3837,28%
Resultado Financeiro	-958.444	-566.988	69,04%
Ativo Total	8.609.437	9.154.577	-5,95%
Patrimônio Líquido	-3.256.801	-2.831.873	15,01%
Lucro (Prejuízo) Líquido	-425.155	-319.781	32,95%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	12,06%	1,48%	10,58 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	-8,05%	-5,29%	- 2,75 p.p.
Liquidez Corrente	0,60	0,84	-28,57%
Endividamento Geral	1,38	1,31	5,34%



5.1 Receita Operacional Líquida – ROL

Em 2022, a Receita Operacional Líquida – ROL, apresentou uma redução 12,6% em relação a 2021, fechando o exercício em R\$ 5.284,5 milhões (R\$ 6.043,7 milhões em 2021). Essa variação decorre principalmente de:



A receita de **fornecimento de energia elétrica** sofreu um decréscimo de 18,4% (R\$ 1.027,9 milhões). A receita apurada no ano de 2021 foi positivamente afetada pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD. Os efeitos deste resultado apresentaram, em 2022, uma redução de R\$ 1.196,7 milhões de receitas provenientes das operações de venda do excedente de energia no mercado regulado, justificada, sobretudo, pela estabilidade hídrica no ano de 2022. Nesse sentido, o PLD apresentou valores em torno do mínimo homologado pela ANEEL. Apesar de não haver uma variação significativa na quantidade de energia comercializada em 2022, a receita apurada em 2021 foi fortemente impactada pelo preço do PLD.

Por outro lado, a energia vendida (em MWh) no mercado cativo apresentou crescimento de 2,5%, este, por sua vez, foi alavancado pelo retorno das atividades presenciais do poder público. A evolução do mercado está detalhada no item 3.7 deste relatório.

Na receita de **disponibilidade da rede elétrica – TUSD** o acréscimo de 27,2% (R\$ 82,9 milhões) se deve pelo efeito da contínua migração de consumidores para o mercado livre e pelo efeito do IPCA no reajuste médio das tarifas.

Em **outras receitas**, o acréscimo de 50,1% (R\$ 373,4 milhões) foi decorrente principalmente de:

- a) na **receita de construção** acréscimo de R\$ 313,8 milhões decorrente, principalmente, dos investimentos na área de concessão;
- b) na **receita de ativos e passivos regulatórios** decréscimo de R\$ 387,0 milhões impactada principalmente pelos valores recebidos da Conta Bandeiras, que compensaram os valores constituídos relativo aos custos do risco hidrológico em contrapartida reverteu-se a constituição de CVA do ano anterior.



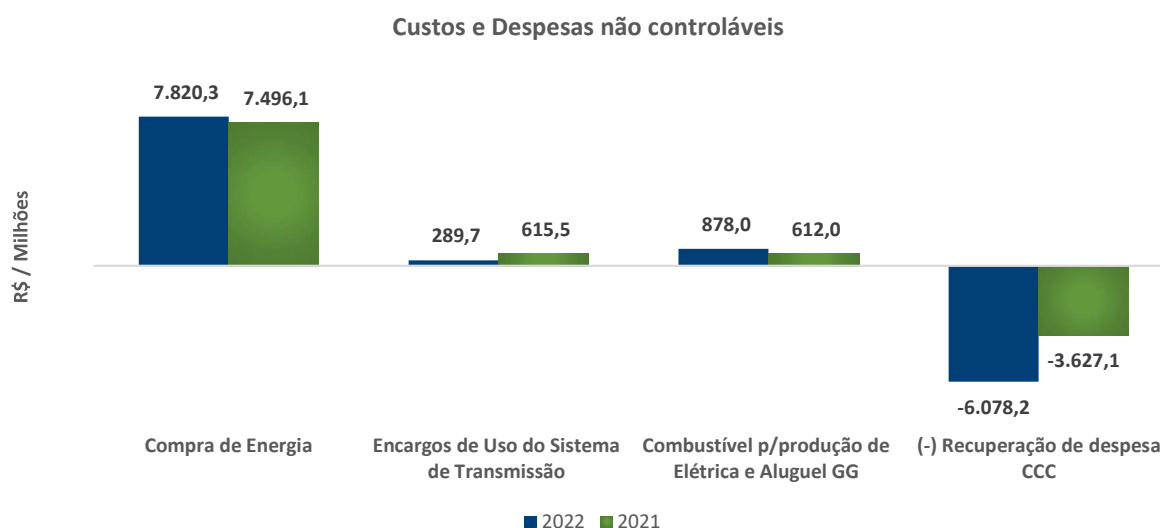
- c) Os valores recebidos da Conta Bandeiras (R\$ 360.928) foram reconhecidos em outras receitas. Destacam-se também os montantes de R\$ 183.350 referentes às subvenções baixa renda e modicidade tarifária e R\$ 24.389 referentes ao Bônus Redução de Consumo conforme Despacho ANEEL 1.177/2022.

As deduções à receita operacional em 2022 apresentaram um aumento de 31,6% em relação a 2021 sendo explicada principalmente pelo aumento da cota CDE, conforme resoluções publicadas em 2022 pela ANEEL.

A receita operacional está detalhada na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 32.

5.2 Custos e despesas operacionais não controláveis

Em 2022, os custos e despesas não controláveis tiveram decréscimo de R\$ 2.186,6 milhões, representando 42,9% de redução em relação a 2021. Essa variação decorre principalmente de:



Em 2022, o custo com a compra de energia foi de R\$ 7.820,3 milhões (em 2021 R\$ 7.496,1 milhões) aumento de 4,3%. Destacamos nessa elevação de custo, o aumento no preço dos combustíveis que impactou os Contratos de Comercialização de Energia no Sistema Isolado - CCESI, assim como a variação no IGPM (Índice de reajuste) dos Contratos de Potência e Energia Elétrica – CPEE e os Contratos de Comercialização e Venda de Energia Elétrica – CCVEs, compensado pela reversão de valores de ICMS-ST, do período de fevereiro/2020 a dezembro/2021.

A reversão do custo do ICMS-ST foi realizada em face dos efeitos produzidos pela Decisão do Supremo Tribunal Federal – STF nas ADIs 6144 e 6624 que, decidindo conjuntamente as referidas ADIs, reconheceu a inconstitucionalidade da instituição do regime de ICMS-ST através do Decreto nº 40.628/2019. Essa baixa, no montante de R\$ 534.286 mil, deu-se no passivo de



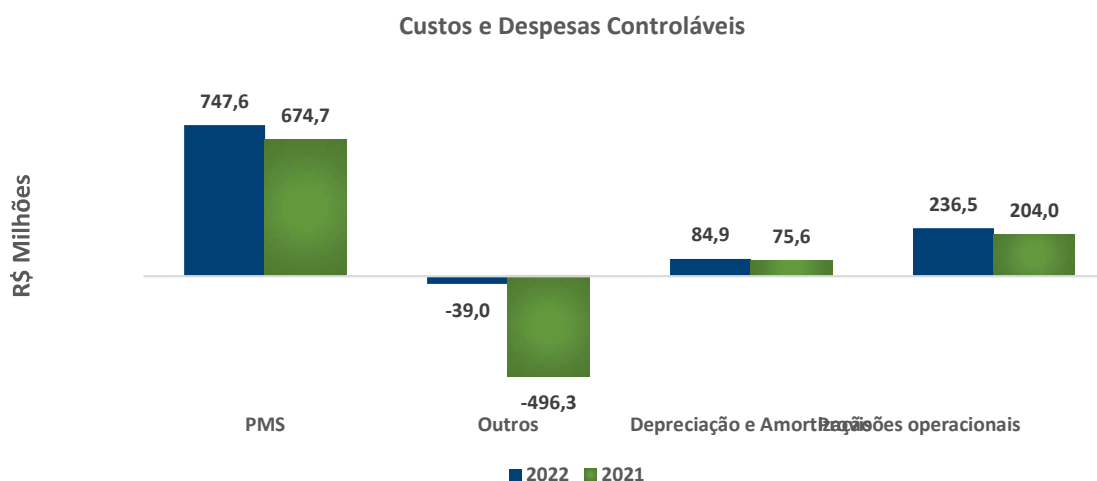
tributos a recolher em contrapartida ao resultado na rubrica de energia elétrica comprada para revenda. Maiores informações vide nota explicativa às demonstrações contábeis nº 16 (c).

No custo com **encargos de uso do sistema de transmissão**, a redução de R\$ 325,7 milhões, é justificada pela redução dos custos relativos aos encargos dos serviços do sistema, em 2021, o custo está impactado pelo risco hidrológico no montante de R\$ 354.507 mil para fazer frente à crise hídrica.

Na **recuperação de despesas CCC** registramos um acréscimo de 67,6% (R\$ 2.451,1 milhões). Essa variação positiva é explicada por:

- a) **neutralidade da sobrecontratação**: impactada positivamente pelo PLD realizado e pelo reconhecimento da neutralidade financeira da sobrecontratação, que no exercício de 2022 é do montante de R\$ 887,6 milhões. Os valores seguem a metodologia da Portaria Normativa MME N° 38/22 e tem como objetivo mitigar os riscos da volatilidade do PLD e garantir a neutralidade financeira, como previsto na Lei n° 14.146/2021. O PLD médio anual (R\$58,71/MWh) teve grande redução em 2022 em relação ao ano anterior (R\$274,10/MWh).
- b) **custo total de geração**: O custo total de geração das usinas com direito ao reembolso da CCC totalizou aproximadamente R\$ 7.000,0 milhões no ano de 2022 que com a dedução do ACR médio de R\$ 274,01/MWh, resultou no reembolso de R\$ 5.190,6 milhões. Esse acréscimo decorre do aumento do Custo Total de Geração, ocasionado pelo aumento do preço dos combustíveis e dos custos com contratos de compra de energia. Os contratos de Geração Própria estão sendo substituídos pelas usinas vencedoras do Leilão do Sistema Isolado realizado em 2016, onde foram alocadas 87 localidades para suprimento de Produtores Independentes de Energia Elétrica, 06 (seis) usinas do leilão entraram em operação comercial no decorrer do ano de 2022, substituindo as atuais usinas da geração própria, totalizando 82 usinas em operação até dezembro/22. O fator de corte homologado para a Amazonas Energia não foi aplicado no decorrer do ano, devido ao termo de compromisso sob a vigência da MP nº 855/2018, o qual assegura o pagamento das ineficiências à distribuidora.

5.3 Custos e despesas operacionais controláveis





5.3.1 Pessoal, material e serviços de terceiros

Nos custos e despesas gerenciáveis, sem custo de construção, os gastos com Pessoal, Material e Serviços, no ano de 2022 atingiram o montante de R\$ 747,6 milhões, representando um aumento de 10,8%, em relação a 2021 que foi R\$ 674,7 milhões

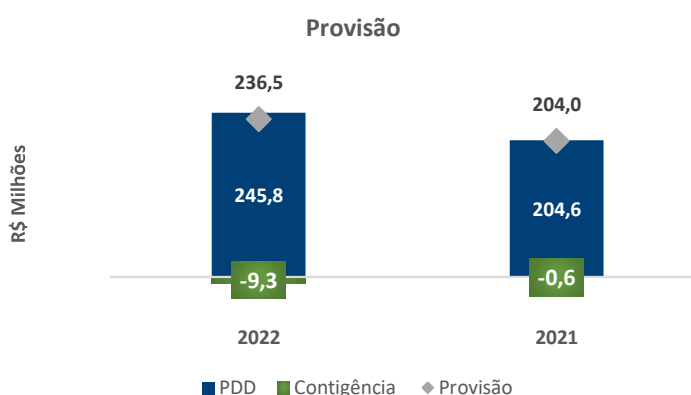
Os gastos com **Pessoal e Administradores** apresentaram redução de 3,0%. reflexo da política de redução de custos, através da renovação do quadro de pessoal, ajustes no plano de saúde e gestão na transferência da mão de obra própria – MOP para o ativo.

Já os gastos com **Serviços de Terceiros** apresentaram acréscimo de 26,6%, efeitos principalmente do Plano de Combate as Perdas não Técnicas, impactado pela liminar que suspendeu a implantação do Projeto SMC, havendo a necessidade de realocação de parte das equipes exclusivas do SMC para executarem serviços de manutenção na rede de distribuição na capital, com isso houve um acréscimo nas despesas de manutenção do período. Essas equipes foram alocadas para executar serviços de adequação de rede (RNT - reclamação do nível de tensão), substituição de cruzetas, além de recondução de redes de MT/BT. Essas ações contribuíram para a redução de anomalias na rede de distribuição, e melhoria dos indicadores DEC/FEC, além do atendimento aos serviços regulados.

Os gastos com **Material** apresentaram redução de 58% reflexo das ações de redução de custos e desativação das UTE's no Interior do Estado. Destaque para a manutenção do sistema elétrico e das medidas convencionais para combater fraudes no consumo de energia

Em **Outras** despesas decorrente da revisão dos dados da transgressão de indicadores regulados DIC/FIC/DMIC lançados em 2021 em função da implantação do novo sistema de cadastro técnico, além disso, o exercício de 2021, está impactado pelo registro de créditos extemporâneos de PIS/COFINS sobre perdas e sobre combustíveis, no montante de R\$ 546,1 milhões.

5.3.2 Provisão e Reversão



Em 2022, registramos um acréscimo na provisão de 49,0% (R\$ 67.111 mil), passando de um montante de despesas de 136.848 mil, em 2020 para R\$ 203.959 mil, em 2021.



Na PCLD, diante do cenário econômico de inflação, leis invasoras e aumento de tarifas, a Companhia tem sofrido com o crescimento da carteira de recebíveis afetando a PCLD.

Nas provisões destaca-se a reversão de contingências trabalhistas e cíveis quer seja por mudança no grau de risco dos processos, celebração de acordos judiciais, ou mesmo pelo encerramento de processos.

Em 2022, os Custos e Despesas Operacionais, sem custo de construção, produziram um montante de **R\$ 3.939,8 milhões**, evidenciando uma redução de 29,1%, comparado ao valor de **R\$ 5.554,4 milhões** de 2021.

5.4 Caixa e Endividamento

O Capital Circulante Líquido (CCL) em 2022 apresentou uma redução de R\$ 1.564,7 milhões comparado com 2021.

CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO			
R\$ milhões	2022	2021	Varição
Ativo Circulante	3.252,4	3.252,9	- 0,5
Passivo Circulante	5.416,0	3.851,8	1.564,2
Cap. Circulante Líquido	- 2.163,6	- 598,9	- 1.564,7

Maiores informações vide nota explicativa às demonstrações contábeis nº 27.

O Patrimônio Líquido em 31.12.2022 importa no valor negativo de R\$ 3.256,8 milhões, 15% acima comparado com o apurado em 31.12.2021 que era negativo em R\$ 2.831,9 milhões, indicando um acréscimo de recursos de R\$ 424,9 milhões, mutação essa pelo efeito do prejuízo líquido de R\$ 425,2 milhões apurado no exercício e do ganho registrado por meio de outros resultados abrangentes de R\$ 0,2 milhões.

5.5 EBITDA

A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do Ebitda (R\$ /Mil)	2022	2021
Lucro (Prejuízo) Líquido	(425.155)	(319.781)
IRPJ e CSLL Correntes e Diferidos	19.353	(233.172)
Resultado Financeiro	958.444	566.988
Depreciação & Amortização	84.860	75.576
EBIT	552.642	14.035
EBITDA	637.502	89.611



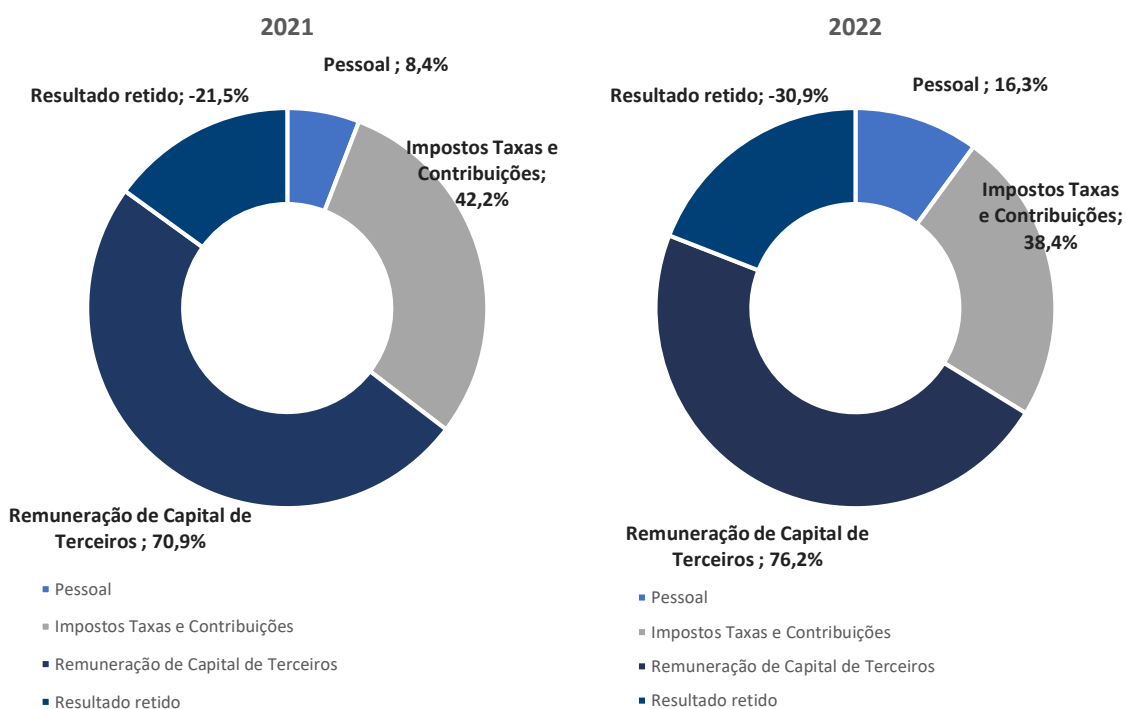
O EBITDA do exercício de 2022 atingiu o valor de R\$ 637,5 milhões, ficando 611,4% superior em relação a 2021, que foi de R\$ 89,6 milhões.

5.6 Resultado Financeiro

Em 2022, o resultado financeiro refletiu despesas financeiras líquidas de R\$ 958,5 milhões, refletindo um relevante aumento de 69,0% comparado aos R\$ 566,9 milhões de 2021. O comportamento das receitas e despesas estão detalhadas na nota explicativa às demonstrações contábeis nº 35.

5.7 Valor Adicionado

No exercício de 2022, a Amazonas Energia apurou R\$ 1.976,9 milhões de Valor Adicionado - total 90,7% superior ao ano anterior, no montante de R\$ 1.036,5 milhões. A riqueza criada pela entidade e sua distribuição nos componentes Pessoal; Impostos, taxas e contribuições; Remuneração do capital de terceiros; e Remuneração do capital próprio. A demonstração, na íntegra, encontra-se nas Demonstrações Financeiras.





5.8 Empresa em Números

Concessão em Números	2022	2021
Atendimento		
Consumidores	988.885	953.647
Empregados Próprios	970	1.084
Consumidor por empregado	1.019	880
Localidades atendidas	108	106
Agencias	76	77
Postos de atendimento Presencial	85	73
Mercado		
Área de Concessão (km ²)	1.566.419	1.566.419
Geração Própria (GWh)	452	487
Demanda Máxima (MW)	1.929	1.850
Consumo Residencial Médio - kWh/ano)	2.618	2.154
População atendida - Urbana	3.373	2.755
População atendida - Rural	897	728
Tarifas Médias De Fornecimento (R\$/MWh)		
Total (exceto curto prazo)	619,90	614,14
Residencial	907,33	886,03
Comercial	887,17	873,70
Industrial	745,44	724,28
Rural	704,72	603,00
Operacionais		
Número de Usinas em Operação	12	17
Número de Subestações	28	28
Linhas de Transmissão (km)	407	405
Redes de Distribuição (km)	46.993	44.698
Capacidade Instalada (MVA)	2.729	2.729
Concessão em Números		
Financeiro		
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	6.066.097	6.637.649
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	5.284.497	6.043.738
EBITDA OU LAJIDA (R\$ mil)	637.502	89.611
Lucro (Prejuízo) Líquido	- 425.155	- 319.781
Indicadores		
DEC (horas) Global	44,52	41,91
FEC (qtde.de interrupções) Global	34,07	29,03



6. AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de interesse da empresa. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que, direta ou indiretamente, contribuíram com muito esforço para o cumprimento da missão da Amazonas Energia SA. “Distribuimos mais que energia, nosso trabalho leva dignidade ao estado do Amazonas.”

Manaus, 11 de abril de 2023.

A Administração